



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Impacto da precariedade laboral na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes qualificados em Portugal: um estudo de caso angolano

Aurio Filomeno Sebastião

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientador:

Doutor Frederico Cantante, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Impacto da precariedade laboral na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes qualificados em Portugal: um estudo de caso angolano

Aurio Filomeno Sebastião

Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais

Orientador:

Doutor Frederico Cantante, Professor Auxiliar Convidado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Dedicatória

Dedico este estudo aos meus pais, Manuel João Sebastião e Filomena Quati, que através do seu comprometimento com o trabalho ensinaram-me a compreender o imprescindível valor desta atividade vital;

Dedico à minha companheira, Vera Mendes e meu amado filho, Otchali Sebastião, fontes da minha luta e entrega por um mundo mais justo e digno.

Agradecimento

O presente espaço é para agradecimentos a todos quanto de forma direta e permanente ou de indireta contribuíram para esta etapa de conclusão da dissertação.

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e pelos imensos sinais de sua Providência na minha vida.

Minha gratidão *ab aeterna* aos meus progenitores Manuel João Sebastião e Filomena Quati, ambos de feliz memória, que, de forma ímpar, deram-me a existência e promoveram-me uma educação a base de exemplos, muito particularmente, a minha amada Mãe, claramente, sou fruto da sua dedicação, abnegação e zelo, exemplo maior de persistência e resiliência: AMO-TE!

Agradeço minha família pela paciência e compreensão que sempre tiveram comigo, quando estivesse em causa a realização dos meus sonhos, Beto, Vadinho, Yone, António, Luís e Dimene: eis o resultado de toda abnegação.

As palavras são poucas para tamanho sentimento de gratidão que nutro por ti, pela grande companheira que és, pela amiga, pela mãe que és. Obrigado, mulher Vera Mendes!

Ao meu filho Otchali (Benevolência Divina, em língua tradicional Umbundu), tão pequeno, porém com um impacto avassalador, eis a razão que procurava para lutar por mundo mais digno e justo.

Agradeço a todos os professores do curso de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais, com particular destaque ao professor Alan Stoleroff, Diretor do Curso.

Agradeço ao meu orientador, professor Frederico Cantante, pela máxima orientação que se dignou a prestar e pelos vários incentivos, foste e és de fato um bom mestre.

Meus agradecimentos são ainda extensivos a Isabel Rebelo por toda ajuda prestada, claramente, que as palavras não expressam o meu sentimento de gratidão, por te conhecer e pela amizade efetiva.

Resumo

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa exploratória voltada na análise do impacto da precariedade laboral na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal.

Com a economia global em constante transformação, provocando profundas reestruturações no mercado de trabalho o que tem permitido, através de uma lógica de relação de produção flexível, o surgimento de várias formas de contratações laborais.

O nosso objetivo foi lançar luz acerca de um problema social, que nos propusemos a analisar sob o âmbito das relações de trabalho. Adicionalmente, procurámos analisar outros tipos desigualdades na inserção e no trajeto laboral destes jovens no mercado de trabalho em Portugal e perceber a forma como encaram o seu futuro laboral.

Desta forma, o presente trabalho foi desenvolvido em duas partes, sendo a primeira parte reservada a uma abordagem mais teórica sobre a precariedade laboral na sua dimensão objetiva e subjetiva, tanto a nível do contexto do mercado de trabalho global, bem como na realidade portuguesa e suas implicações na vida pessoal e profissional dos trabalhadores abrangidos pela política de flexibilização contratual. A segunda parte, procuramos analisar o fenómeno e suas implicações na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal, com foco aos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, através de uma pesquisa exploratória intensiva, antecedida de uma análise estatística dos dados disponíveis no Quadro de Pessoal do GEP/MTSSS, onde procuramos apresentar e identificar que do ponto de vista contratual, nas suas várias formas, a população angolano é mais vulnerável e sujeita à várias formas atípicas de contrato e consequência são as mais precárias.

Com isso, concluímos que as medidas de flexibilização do mercado de trabalho, presentes em quase todas as economias, incluído a portuguesa, tem colocado em causa os mínimos de proteção social, de estabilidade contratual e justiça salarial, enquanto elementos garantidores de bem estar individual e social e da auto realização do seu potencial. Esta condição de políticas de flexibilização do mercado de trabalho que, atualmente, está a atingir vários setores em níveis alarmantes, tende a intensificar-se mais àquela franja da população imigrante, e isto ficou mais evidente com a crise pandémica, provocada pela Covid-19, suas consequências atingiram de forma desigual as pessoas, penalizando aqueles indivíduos com vínculos contratuais precários e o grupo social mais pobre.

Reconhecemos, de forma inequívoca, que o presente trabalho surge como um pequeno contributo no âmbito das problemáticas sobre a precariedade laboral e imigração qualificada, pelo que, tal como outros estudos que nos antecederam, augura-se que presente possa ser um estímulo para outras contribuições futuras.

Palavras-chave: precariedade, laboral, flexibilidade, imigração, juventude, qualificação.

Abstract

The present work is the result of an exploratory research aimed at analyzing the impact of job insecurity on the personal and professional lives of young Angolan qualified immigrants residing in Portugal.

With the global economy in constant transformation, causing profound restructuring in the labor market, which has allowed, through a logic of flexible production relationship, the emergence of various forms of labor contracts.

Our objective was to shed light on a social problem, which we proposed to analyze under the scope of labor relations. Additionally, we tried to analyze other types of inequalities in the insertion and work trajectory of these young people in the portuguese labor market and understand how they see their future work.

Thus, the present work was developed in two parts, the first part being reserved for a more theoretical approach on job precariousness in its objective and subjective dimension, both in the context of the global labor market, as well as in the portuguese reality and its implications in the personal and professional lives of workers covered by the contractual flexibility policy. The second part seeks to analyze the phenomenon and its implications in the personal and professional lives of young Angolan qualified immigrants residing in Portugal, with a focus on residents in the Metropolitan Area of Lisbon, through an intensive exploratory research, preceded by a statistical analysis of the available data. in the GEP/MTSSS Staff, where we seek to present and identify that from a contractual point of view,

With this, we conclude that the labor market flexibilization measures, present in almost all economies, including the portuguese one, have called into question the minimum of social protection, contractual stability and wage justice, as elements that guarantee individual and social and self-fulfillment of their potential. This condition of labor market flexibilization policies, which is currently affecting several sectors at alarming levels, tends to intensify more that fringe of the immigrant population, and this was more evident with the pandemic crisis, caused by Covid-19, its consequences reached people unequally, penalizing those individuals with precarious contractual ties and the poorest social group.

We unequivocally recognize that the present work appears as a small contribution in the scope of the problems of job insecurity and qualified immigration, so, like other studies that preceded us, it is hoped that this can be a stimulus for other contributions. future.

Keywords: precariousness, employment, flexibility, immigration, youth, qualification.

Índice

Dedicatória	i
Agradecimento	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
1.Introdução.....	7
2. Aproximação teórica	8
2.1 Sobre o conceito de precariedade laboral.....	8
2.2 A precariedade laboral no mercado de trabalho português	12
2.3. O impacto da precariedade laboral sobre os jovens qualificados em Portugal.....	16
2.4 Trabalho, desigualdades étnicas e migrações	17
3. Trajetos laborais de jovens angolanos qualificados em Portugal: precariedades, desigualdades e futuro	23
3.1. Objeto de estudo, metodologia e hipóteses	24
3.2. Trabalhadores angolanos em Portugal: alguns dados estatísticos	26
3.3. Trajetórias laborais dos jovens imigrantes qualificados angolanos em Portugal	30
3.4 Oportunidades de trabalho em Portugal para jovens imigrantes angolanos qualificados e o condicionalismo étnico.....	32
3.5 Efeitos da precariedade laboral na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes angolanos	34
3.6 O futuro laboral	37
3.7 Em síntese	40
Conclusão	403
Referências Bibliográficas	44

Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Proporção de contratos temporários no total de contratos de trabalho (%), em Espanha, Portugal e na EU, entre 2010 e 2019..... 14

Tabela 2.2: Proporção de emprego a tempo parcial involuntário no total do emprego a tempo parcial (%), na EU e em Portugal, entre 2010 e 2019 15

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1: Trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa, por nível de escolaridade (2019) 27

Gráfico 3. 2: Tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa (2019) 28

Gráfico 3.3: Ganho médio dos trabalhadores do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa, por nível de escolaridade (euros) (2019)..... 29

1. Introdução

O presente trabalho científico é produto de um esforço de investigação acerca da natureza e das formas da precariedade laboral em Portugal dos jovens angolanos que qualificações escolares de nível superior. A nossa pretensão foi lançar luz acerca de um problema social, que nos propusemos a analisar sob o âmbito das relações de trabalho. Adicionalmente, procurámos analisar outros tipos desigualdades na inserção e no trajeto laboral destes jovens no mercado de trabalho em Portugal e perceber a forma como encaram o seu futuro laboral.

Assim, o nosso método de investigação procura explorar o impacto das relações precárias de trabalho como subproduto de outras formas de relação ainda mais profundas, subtis e pouco aparentes, ainda que estruturantes e mais degradantes.

Partimos sob uma análise macro e global, trazendo uma leitura onde o neoliberalismo é o novo paradigma económico e, com ele, as relações de trabalho iniciam a sua transformação rumo a uma generalização da precarização, mas procuramos demonstrar, malgrado esse contexto mais amplo, que existem outras formas de precarização que se traduzem também em precariedade laboral.

Como afirma Rabelo (2010), a precariedade laboral, como fenómeno social complexo, apresenta um carácter conceptual multidimensional. Tal quanto também adverte o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), no seu texto intitulado “Hoje a precariedade está em toda a parte”, a precariedade laboral é “um novo modo de dominação” e tem um carácter transversal que se intensificam com a nova lógica da relação de produção capitalista – o neoliberalismo (Carmo e Matias, 2019). Da nossa parte, interessa explorar o fenómeno da precariedade como elemento intensificador da desigualdade existencial (Therborn, 2013) e de recursos pelos quais se vêm cada vez mais imbricados os jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal.

A nossa dissertação divide-se em duas partes. A primeira concentra-se numa análise teórica sobre o fenómeno da precarização do trabalho e as suas implicações socioeconómicas numa perspetiva micro e macro. A segunda trata-se de uma análise científica de uma série de entrevistas semiestruturadas feitas a jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal, mais precisamente na Área Metropolitana de Lisboa. Procuramos, através deste estudo exploratório, perceber até que ponto as relações de trabalho são mais precarizadas entre os negros migrantes face ao que se verifica noutros grupos, por um lado, e, por outro, se essa precarização é mais estrutural do que parece à primeira vista. Afirmamos que essa precarização tem elementos de dominação social, económica e política de um grupo sobre o outro. O olhar etnocêntrico da sociedade branca portuguesa sobre a comunidade negra africana angolana traduzido, aqui, em relações económicas de trabalho mostra como o racismo tem um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político e transcende as conclusões da ciência e funciona como mecanismo de sujeição e não de explicação antropológica.

2. Aproximação teórica

2.1 Sobre o conceito de precariedade laboral

A nossa análise visa compreender a origem, a natureza, a evolução e as formas da precariedade laboral e quais as suas perspetivas teóricas marcadas ao longo das últimas quatro décadas. Entendemos que, como Rebelo, tanto a perspetiva jurídica como as perspetivas sociológica e económica da precariedade laboral, enquanto fenómeno complexo, é, desde a sua origem, uma ideia contrária ao modelo tradicional de estabilidade ou segurança do vínculo laboral (Leite, 1990; Redinha, 1998 *Apud* Rebelo, 2005).

Vários autores corroboram que foi na década de 1970 que se passou a usar o conceito precariedade associada ao trabalho¹ para definir as pessoas com vínculos laborais inseguros, instáveis e degradantes (Vargas, 2016; Duarte, 2012; Diogo, 2012b; Standing, 2010; Rebelo, 2005; Bourdieu, 1998; Antunes, 1995), embora a sujeição destas condições laborais já era vivenciada por determinados grupos sociais ao longo da história das sociedades industriais². Com a desregulação do sistema financeiro internacional e a crise mundial no mercado petrolífero, bem como o elevado nível de pressão sobre as classes trabalhadoras e as suas instituições de representação (que reivindicavam melhores condições de trabalho e maior participação em todo o processo produtivo nas economias fortemente industrializadas), veio a assistir-se a grandes transformações a nível socioeconómico e político, um pouco por toda parte, a começar com os países centrais do capitalismo, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra, que comprometeram a continuidade do modelo capitalista industrial taylorista-fordista, levando ao agravamento e expansão dos problemas de emprego e do fator trabalho (Duarte, 2008; Castel, 2009).

Nesta conjuntura, surgiu um grupo de economistas que propuseram às grandes economias centrais do capitalismo o modelo “neoliberal³” baseado numa estratégia de flexibilização de mão-de-obra, defendendo que o rápido crescimento económico e o desenvolvimento das sociedades passavam essencialmente pela competitividade do mercado e a internacionalização da economia (Carmo & Matias,

¹ De acordo com Vargas (2016:314), o trabalho é aqui definido, enquanto atividade através da qual o ser humano estabelece uma relação metabólica com a natureza e o mundo social, a fim de assegurar a reprodução de suas condições materiais de existência. Também definida, do ponto de vista da economia política, como fundamento do valor económico, da criação de riqueza, como a produção de bens e serviços escassos (Lantz, 1992; Freyssenet, 1993 *apud* Vargas, 2016). Esta definição do trabalho nos remete a duas dimensões determinantes para analisar a precariedade laboral: a dimensão objetiva e a subjetiva. Isto é, o trabalho, na sua dimensão objetiva, pressupõe a um conjunto de atividades dotadas de conteúdos específicos, visando a fins especiais e mobilizando determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências; já o trabalho, na sua dimensão, tende a explorar mais o carácter social dum conjunto da atividade profissional, ou seja, a dimensão relação social do trabalho (Idem, 315).

² Cfr. DIOGO, Fernando & VAZ, Fernanda Freitas (2014), “*Precário em trajetória de emprego em carrocel: trabalhadores pobres em Portugal*”, Comunicação apresentada ao VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e perspetivas. Universidade de Évora, 14 a 16 de abril, Editora Associação Portuguesa de Sociologia.

³ De acordo com Laval e na obra “Racionalização do Neoliberalismo, vão mais longe nas suas reflexões sobre este fenómeno, segundo estes autores, a perspetiva neoliberal segue uma lógica normativa conduzidas por políticos e não somente pelas expansões do mercado. Portanto, quando falamos de sociedade neoliberal, procura-se não separar a economia de outras áreas que se compreende a vida feita em sociedade.

2019; Standing, 2010; Duarte, 2008); “tudo devia ser feito no sentido de maximizar a concorrência e a competitividade e deixar os princípios de mercado penetrarem em todos os aspetos da vida” (Standing, 2010: 19). Com a “deslocalização de empresas e fábricas para países em vias de desenvolvimento, como a China e Índia, teve-se um impacto acrescido na destruição de emprego (sobretudo no setor produtivo), designadamente nas economias da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América. A pressão concorrencial e do mercado implicou uma pressão sobre os direitos laborais, cuja maior consequência foi o aumento dos níveis de precariedade” (Cantante, 2018; Organização Internacional do Trabalho – OIT, 2018 *apud* Carmo & Matias, 2019: 12).

A grande crise financeira de 2008 e, posteriormente, a crise das dívidas soberanas, conduziu aos designados programas de ajustamentos e aos dramáticos anos de austeridade que abateram particularmente sobre os países do sul da Europa e sobre alguns países do leste europeu (Carmo & Matias, 2019: 12). Estas medidas intervencionistas aplicadas nos países europeus com grande efeito nos países mediterrâneos, sob finalidade da recuperação da crise financeira e o aumento dos rendimentos económicos e sociais, apontaram, segundo Carmo & Barata para duas esferas principais: “o desmantelamento do Estado social e a flexibilização e liberalização do mercado do trabalho” (Carmo & Barata, 2017 *apud* Carmo & Matias, 2019: 13).

Em Portugal, e noutros países, o que se seguiu foi o alargar das formas atípicas de emprego, o aumento expressivo do desemprego, a perda do rendimento económico dos indivíduos, a falta de uma proteção social mais justa e capaz de dar resposta aos atuais problemas de âmbito laboral, o aumento significativo e contínuo da desigualdade social de várias ordens, desde as “desigualdades existenciais”, “desigualdades de recursos” e as “desigualdades vitais” (Cantante, 2018), que implicaram o aprofundamento de incertezas crónicas e o aumento da imprevisibilidade do emprego.

De acordo com Carmo e Matias (2019), a precariedade insere-se numa tendência geral de progressão de lógicas neoliberais que têm vindo a afetar o funcionamento das economias e a coesão das sociedades. Tem sido particularmente visível que esta agenda se impregnou num conjunto de programas e ações políticas que visam colocar em causa os direitos laborais e sobretudo aqueles que se encontram em situações contratuais mais débeis e sem o mínimo de estabilidade de vínculo laboral, com particular realce para as novas formas contratuais atípicas através da “uberização do trabalho” ou da “plataformização do trabalho⁴” que, segundo Antunes (2019), tende a elevar o nível de informalização das relações laborais. É esta instabilidade contratual, nas suas múltiplas formas e distintas configurações, que caracteriza objetivamente um grande número de situações de precariedade laboral. Todavia, “a precariedade interfere também em diversas áreas da vida do sujeito, tanto no que diz respeito a aspetos relacionados com as condições de vida como em dimensões mais existenciais e ontológicas” (Carmo & Matias, 2019:13).

⁴ Consiste na penetração de infraestruturas, processos económicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores económicos e das esferas da vida (Poell, Nieborg & Van Dijck, 2020)

A dificuldade de haver uma definição uniforme sobre a precariedade laboral⁵ reside no facto de a mesma estar relacionada com experiência que cada país e contexto vai vivendo, do ponto de vista social e económico, como resultado das transformações globais que se vão assistindo a nível das grandes economias e não só, as intensificações da internacionalização do mercado de trabalho, porém há características comuns em todas as situações, como: insegurança no emprego, perda de regalias sociais, salários baixos, descontinuidade nos tempos de trabalho. Neste sentido, para Castel, o facto de haver dificuldade de comparar a “precariedade do emprego” em vários países da Europa, consiste no facto de cada um apresentar um sentido diferente sobre a precariedade laboral (Castel, 1995). Pelo que, o termo é muito mais usado no contexto dos países latinos (França, Itália, Espanha e Portugal), conceito este que se opõe ao tradicional contrato de trabalho que assegurava ao trabalhador de forma indeterminada e com garantia de proteção social (Sá, 2011). O precariado é parte da classe proletariado que se encontra numa situação laboral degradante, insegura e vulnerável face aos direitos laborais (Standing, 2012; Braga, 2020). No seu entender “à medida que as desigualdades aumentaram e que o mundo se encaminhou para um mercado aberto e flexível, fez emergir uma estrutura de classe trabalhadora mais fragmentada” (Standing, 2012: 29).

Portanto, segundo Rebelo, a precariedade da atividade laboral vai para além da delimitação jurídica, adquirindo uma dimensão marcadamente socioeconómica, uma vez que se considera precária toda a situação de trabalho em que a probabilidade de um trabalhador ser constrangido a mudar é significativa, assente na ideia de instabilidade laboral (Rebelo, 2002a *apud* Rebelo, 2005: 197 e 198). A precariedade laboral é um fenómeno que vai além da natureza do vínculo jurídico, no sentido em que “não se resume à multiplicação de estatutos e instrumentos jurídicos de regulação, mas abrange, igualmente, ao nível da cessação da relação contratual, situações em que os trabalhadores são titulares de um contrato de duração indeterminada e se vêm confrontados com períodos de desemprego forçado, tem-se como exemplo, o caso das ‘aparentes’ revogações contratuais por mútuo acordo e ainda a outras situações resultantes da fragilidade financeira da empresa dadora de trabalho, exemplo, o caso da cessação por despedimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho” (Rebelo, 2005: 198), constante no Código do Trabalho Português. Portanto, vivemos num contexto económico, político e legislativo que, claramente, tende a promover um conjunto de novas formas precárias de trabalho diferente do modelo tradicional de contratação laboral, através da existência de contratos a tempo parcial, os contratos a termo, os contratos temporários, contratos intermitentes, o recurso a prestadores de serviços, compreendidas também como «formas flexíveis de trabalho» (Sá, 2011).

Estas novas formas “atípicas” de emprego vêm abrangendo não só aquele segmento social mais periférico e opaco da classe social que se encontra a mercê dos riscos sociais como também aquele grupo

⁵ De acordo com Sá (2010) há um conjunto de autores em Portugal que têm analisado as questões relacionadas com a precariedade laboral. Uns mais preocupados com a sua definição e quantificação: Rosa (2000), Kovács (2002, 2008), Rebelo (2004), Oliveira e Carvalho (2008, 2010) e outros mais vocacionados para as consequências da “precariedade laboral”: Pais (2001), Costa (2008), Silva (2009). Guerra, Pinto *et al.* (2010).

socialmente estável e com qualificações técnicas e superiores. Trata-se, segundo Castel (1995), da “destabilização dos estáveis”⁶. E, de acordo com Sá, “uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da classe média baixa está sob ameaça vêem-se a perder os seus postos de trabalho devido um processo cada vez mais acentuado de reestruturação do mercado de trabalho. O que se tem constatado é a substituição de um conjunto de empregos mais estáveis, com ordenados superiores ao ordenado mínimo, benefícios sociais, segurança no emprego, por emprego mais mal remunerado, mais instável e menos protegido.

Tal quanto já referimos acima, e de acordo com Rebelo, “as tendências globais no trabalho sugerem-nos que a expansão da precariedade laboral faz parte de um conjunto de transformações políticas e económico-sociais: os mercados de trabalho estão a tornar-se segmentados e fragmentados, e estas mudanças têm profundas implicações ao nível das desigualdades materiais, colocando diversos desafios à eficácia dos modelos de organização tradicionais” (Felstead e Jewson, 1999 *apud* Rebelo, 2005: 198).

Segundo estudos realizados por Rebelo, o fenómeno da precariedade laboral pode ser classificado baseado nos seguintes dualismos, *precariedade subjetiva versus precariedade objetiva; precariedade legal versus precariedade ilegal* (Rebelo, 2002b). Na sequência classificatória do fenómeno, a precariedade laboral subjetiva vem a ser a variedade de situações de contratação e de cessação laboral precarizante, instável e inseguro que emerge das políticas de flexibilização de recursos humanos (contratados a termo, trabalhos temporários, trabalhadores “independentes” ou trabalhadores mal remunerados (v.g., trabalho a tempo parcial quando involuntário).

Desta forma, “a precariedade laboral objetiva procede da situação de precariedade do mercado de trabalho em geral e, em particular, de um determinado posto de trabalho tendo em consideração a dimensão e solidez financeira das empresas que compõe o tecido empresarial de um país. Este tipo de precariedade resulta precisamente da instabilidade e incerteza que caracteriza atualmente o posicionamento das micro-empresas e das pequenas empresas que atuam no mercado.” (Rebelo, 2002a *apud* Rebelo, 2005: 9). A falta de controle sobre o presente e o aumento da insegurança laboral está relacionado com as “novas” formas de contratação, sobretudo com o contrato a termo involuntário, e reflete-se na insegurança quanto aos rendimentos futuros, quanto ao risco de desemprego (Sá, 2011). E esta sensação afirmada por Sá tem o seu fundamento, “basta olharmos nos últimos estudos sobre a taxa das novas formas de contratação atípica desemprego a nível da Europa, em 2006 houve cerca de 35,3% de cessação de contrato” (Oliveira, 2009 *apud* Sá, 2011: 19).

A precariedade legal respeita às diversas formas de contratação prevista na lei portuguesa, isto é, toda a contratação que apesar de respeitar a tipologia legal, assenta na ideia de instabilidade laboral e na ideia de que os trabalhadores podem ser pressionados de forma involuntária para formas de trabalho que

⁶ A precarização é aqui entendida como o “esboroamento da condição salarial”, afetando também os trabalhadores com estatuto estável (Castel, 1995: 401).

verdadeiramente não desejam. Por outro turno, a precariedade ilegal traduz-se na contratação de trabalhadores em situação ilegal (em “fraude à lei”), por exemplo, a contratação a termo para desempenhar funções de trabalho sem termo, a contratação de “falsos trabalhadores independentes” e, as diversas formas de contratação ligadas ao trabalho clandestino (*idem, ibidem*).

A precariedade laboral, como fenómeno social complexo, apresenta um carácter conceptual multidimensional. Da nossa parte, interessa-nos explorar o fenómeno da precariedade como elemento intensificador da desigualdade existencial e de recursos pelos quais se vêm cada vez mais imbricados os jovens imigrantes qualificados angolanos residentes em Portugal.

2.2 A precariedade laboral no mercado de trabalho português

Rebello no seu artigo datado de 2010, apresenta uma radiografia sobre a precariedade no contexto europeu que contribuiu para termos um panorama sobre o fenómeno da precariedade laboral no mercado de trabalho português. Foi só a partir do 25 de Abril de 1974, e não obstante o contexto de crise internacional, que se verificaram de fato os progressos gerais mais decisivos nas condições de existência da população portuguesa. A partir desta altura encontramos um modelo de relação laboral assente no contrato de trabalho tradicional – trabalho por tempo indeterminado a tempo inteiro, que resulta do “estatismo do período corporativo e da intervenção fortemente garantista do período subsequente ao 25 de Abril” (Carvalho, 1997 *apud* Sá, 2010: 4). No entanto, esta forma de contratação logo foi substituída com a lei dos contratos de trabalho a prazo, a partir de 1976 e, no final da década 80, mais precisamente no ano de 1989, o pacote legislativo laboral apresenta novas medidas de flexibilização do mercado de trabalho (Sá, 2010). Neste sentido, compreende-se que a precariedade, seja laboral ou associada aos da população trabalhadora pobre, esteve sempre presente na história dos trabalhadores manuais e com poucas qualificações.

Desde o período preparatório para a adoção do euro, entre 1995 e 2002, os efeitos de financeirização económica em Portugal conjuntamente com a implementação da acumulação de capital, foram responsáveis pela ameaça e desvalorização dos salários, dos direitos sociais e das condições de trabalho. De modo que apesar de Portugal possuir um governo de Centro-esquerda na época, não impediu a tendência cada vez mais crescente da precarização das condições laborais (Braga, 2017 *apud* Leal, 2020:15). O que, com a crise económica e financeira global, em 2008, permitiu um conjunto de medidas de austeridade conforme acordo celebrado entre o Estado português e a chamada *troika*⁷, configurando

⁷ Comissão constituída pelo Fundo Monetário Internacional, União Europeia e o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira

a legitimação de modelos laborais que deveriam ser objeto de controlo e fiscalização dos órgãos tutelares do trabalho.

Algumas das formas mais frequentes que caracterizam a precariedade laboral no mercado de trabalho português estão relacionadas com a expansão cada vez mais elevada de contratos de trabalho temporário, contratos a termo e a tempo parcial involuntário, os contratos intermitentes e de “falsos recibos verdes” associado ao falso trabalho independente, que marcam fortemente a reconfiguração dos modelos de relação laboral – do modelo taylorista-fordista para modelo flexível do mercado de trabalho – abrangendo centenas de milhares de trabalhadores (Soeiro, 2015; Matos, Domingos & Kumar, 2012). De acordo com estes autores, “estas formas de contratação não só impedem a distinção entre as situações laborais diferenciadas como configuram formas organizadas de infração a lei, protegidas pelo poder político, pouco interessado em clarificar a legislação e fiscalizar o seu cumprimento” (Matos, Domingos & Kumar, 2012: 10). Milhares são os trabalhadores por conta de outrem que mantêm vínculos laborais desprotegidos, sem qualquer estabilidade.

Assim, ao longo da última década, segundo dados da Eurostat, o mercado de trabalho português é marcado fortemente pelas várias formas precárias de emprego, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, referente ao terceiro trimestre de 2020, há mais de 130 mil contratos de trabalho instáveis, de curta duração⁸ e com salários baixos. Por sua vez, os contratos de trabalho precários aumentaram 1,8 ponto percentual entre 2008 e 2017 (Eurostat, 2018). A esta multiplicidade de vínculos laborais flexíveis, instáveis, indignos e inseguros em que estão cada vez mais expostas a população jovem e imigrante tem provocado uma constante destruturação na condição económica dos trabalhadores e de modo mais lato, na organização da vida cotidiana destes e impedindo os indivíduos de projetar o futuro com o mínimo de segurança e previsibilidade (Carmo & Matias, 2019; Matos, Domingos & Kumar, 2012). Trata-se, para os autores Matos, Domingos e Kumar (2012), de um projeto de “engenharia social” que visa, cada vez mais, colocar o trabalhador ao nível de qualquer mercadoria, sob pretexto de uma maior racionalização económica e o fomento da produtividade, e nesta operação reduz-se a capacidade reivindicativa dos trabalhadores e sindicatos, estruturas que apresentam dificuldades na organização deste contingente de precários. Compreende-se que as diferenças dos vínculos laborais originam a fragmentação das possibilidades de organização coletiva, acentuando clivagens entre categorias profissionais, incitando a concorrência entre colegas, quebrando a autonomia profissional, reforçando as pirâmides hierárquicas e as estratégias de servilismo. A solidariedade laboral fica comprometida, gerando em alguma situação conflitos laborais sem que se consiga solucionar de forma coletiva através das comissões de representação dos trabalhadores.

⁸ Nestes dados em referência estão apenas incluídos os contratos de trabalho não permanentes de duração igual ou inferior a três meses e neste quesito, segundo a mesma fonte, Portugal é o segundo país da EU em que os contratos de trabalho precários foram os que mais subiram, no período entre 2008 e 2017.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho⁹, em Portugal, no ano de 2017, 90% do emprego temporário é composto por vínculos laborais de um ano ou muito menos, um peso que é um dos maiores na União Europeia (UE28), ultrapassando mesmo a Espanha e Holanda. Entre os países da União Europeia onde o peso dos vínculos precários é menor encontra-se a Alemanha e a Dinamarca (onde o peso dos empregos com menos de um ano de duração rondava os 40%). Portugal apresenta também e para aquele ano uma percentagem do trabalho precário 21,4% bem acima, do verificado na média UE28, 13,4 e zona Euro 14,9%. Apenas a Espanha e a Polónia apresentam valores da precariedade contratual mais elevados que Portugal, ambos com cerca de 26%. No polo oposto, situa-se a Alemanha cujo valor não ultrapassa os 12% desde 2012 e países como a Roménia, a Lituânia, a Estónia e a Letónia cujo valor é inferior a 4%. Os setores da economia portuguesa que pela sua natureza são mais sensíveis à precariedade laboral devido a fatores como a rotatividade do trabalho e baixos salários são os da restauração e hotelaria compreendendo 29,1% e construção civil cerca de 11,6%, isto em 2017, setores, como poderemos ver, que emprega maioritariamente jovens e imigrantes.

Segundo a Eurostat, em 2019, Portugal tinha 17,9% dos trabalhadores por conta de outrem com contratos a termo, assumindo o segundo lugar de maior índice entre os países da União Europeia (Tabela 2.1)

Tabela 2.1: Proporção de contratos temporários no total de contratos de trabalho (%), em Espanha, Portugal e na EU, entre 2010 e 2019

GEO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1-Espanha	20,7	21,1	19,5,	19,1	19,9	20,9	21,8	22,4	22,7	22,3
2-Portugal	18,6	18,2	16,9	17,6	18,0	18,7	19,1	19,0	19,0	17,9
14 – EU-27 (a considerar a partir de 2020)	12,7	12,8	12,5	12,5	12,7	13,0	13,2	13,4	13,3	12,8

⁹ A Organização Internacional do Trabalho – OIT, é única agência tripartite da ONU, criada em 1919, reúne governos, empregadores e trabalhadores de [187 Estados-membros](http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/lang--en/index.htm), visando estabelecer normas trabalhistas, desenvolver políticas e elaborar programas que promovam o trabalho digno e justiça social para todas as mulheres e homens (www.ilo.org/global/about-the-ilo/lang--en/index.htm).

Esta Organização internacional tutelar do trabalho tem, desde a sua génese, desenvolvido inúmeras atividades a nível dos Estados-membros através de estudos contextuais e elaboração de normas laborais internacionais – convenções e recomendações – ao longo de todo o seu processo histórico, bem como o acompanhamento permanente dos organismos intervenientes na sua constituição (governos, empregadores e trabalhadores). A proteção dos trabalhadores empregados em países que não o seu país de origem (migrantes), consta das maiores preocupações da OIT, e isto verifica-se nas Convenções n.ºs 97 e 143 (sobre a proteção dos trabalhadores migrantes e à governação da migração laboral) e as Convenções Fundamentais, bem como através do Quadro Multilateral sobre a Migração Laboral.

De acordo com a Comissão Europeia, a tendência para os vínculos de precariedade laboral no contexto português é uma realidade preocupante e com grande possibilidade deste quadro se prolongar no tempo. De forma que segundo dados da Eurostat referente a 2019, havia 8,1% da população com emprego a tempo parcial, mas de forma a considerar o carácter involuntário desses trabalhadores nesse tipo de contrato, obtemos uma realidade de 43,7%, a indicar um valor superior à média a nível dos países da União Europeia (Tabela 2.2).

Tabela 2.2: Proporção de emprego a tempo parcial involuntário no total do emprego a tempo parcial (%), na EU e em Portugal, entre 2010 e 2019

GEO/ANOS	2010	2011	2012	2013	2014	2014	2016	2017	2018	2019
União Europeia 28 países (de 2013-2019)	27,0	26,3	27,7	29,3	29,6	29,1	27,7	26,4	24,8	23,6
Portugal	42,1	45,1	47,4	48,8	49,3	50,1	48,7	47,5	45,2	43,7

Fonte: Eurostat – Labour Force Survey

Segundo Ferraz (2019), o mercado de trabalho português, nomeadamente, com a crise de 2008 e todo o processo que se seguiu para a saída da crise, aparece-nos como uma autêntica chaga social. A forma contratual precária do emprego tem vindo a instalar em muitos trabalhadores um sentimento de elevada insegurança e fragilidade face ao advento de novas crises.

Cada vez mais cresce o número de pessoas pobres, em Portugal, que trabalham por conta de outrem e por conta própria. Apesar de estarem de alguma forma vinculados ou a exercerem alguma atividade económica, os seus rendimentos não são suficientes para cobrir suas despesas, levando a múltiplas ocupações. Um estudo coordenado por Diogo (2021), intitulado “Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos”¹⁰, revela que a maioria dos trabalhadores que trabalham por conta de outrem e são pobres têm estabelecidos vínculos laborais sem termo, ou seja, cerca de 59,5% dos pobres em Portugal trabalha, se juntarmos os precários (26,6%) e aqueles trabalhadores com vínculos sem termo (32,9%), o que significa que hoje mesmo o vínculo efetivo não é necessariamente sinónimo de estabilidade financeira

¹⁰ Estudo de investigação resultado da observação dos últimos dados disponíveis do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), relativos a 2018, aliado à realização de uma análise qualitativa baseada em “91 entrevistas aprofundada por todo o país”, isto levado a cabo pela Fundação Francisco Manuel dos Santos e Coordenado por Fernando Diogo, professor de sociologia na Universidade dos Açores. Este estudo visou caracterizar a pobreza, sendo que a mesma se apresenta de maneira diferenciada a nível dos diversos segmentos sociais, tendo, através deste estudo qualitativo bastante aprofundado e atual, identificado quatro perfis de pobreza em Portugal: os reformados (27,5%), os precários (26,6%), os desempregados (13%) e os trabalhadores com contratos sem termos (32,9%). A população pobre em Portugal, de acordo com os últimos indicadores, de 2018, é de 17,2%, o que equivale cerca de 1,7 milhões de pessoas. A pobreza é apresentada como um fenómeno estrutural, enquanto processo de reprodução intergeracional, tendo pessoas que cresceram num contexto mais ou menos de privação, condicionando, à partida, as suas oportunidades na vida.

ou não é condição para sair de uma situação de pobreza. Isto leva o autor a afirmar que em Portugal a precariedade atinge, essencialmente, a questão dos salários baixos.

2.3. O impacto da precariedade laboral sobre os jovens qualificados em Portugal

Segundo Pais, “o sistema de produção capitalista, com todas as suas estratégias de alienação, fez crer à sociedade que as mudanças ocorridas nas últimas décadas no mercado de trabalho visavam ofertar benefícios como a redução da jornada de trabalho e maiores oportunidades para a dedicação a atividades sem fins lucrativos, mas o que sucedeu na realidade foi o encaminhamento dos jovens para a precariedade e o desemprego desprotegido. De forma que se tornou um modelo de redução de custos e, conseqüentemente, contribuiu na diminuição de emprego fixo a partir da flexibilização das relações precárias e em um mercado de trabalho saturado onde os jovens não sabem como ter acesso. Além disso, o jovem passou a ser um agente de transitoriedade entre essas diversas oportunidades onde não existe estabilidade ou projeção de carreira” (Pais, 2016 *apud* Leal, 2020: 27).

Embora o precariado seja composto por muitos outros grupos sociais, a imagem mais comum é a dos jovens – entre 15 e os 25 anos – que saem da escola e da universidade para entrar numa longa existência precária, muitas vezes tornada ainda mais frustrante porque a geração dos seus pais, aparentemente, tinha tido empregos estáveis (Standing, 2010: 126) e protegidos. A mobilização social dos jovens no mercado de trabalho é um processo natural de inserção destes na vida social e económica. E esta inserção na sua generalidade foi sempre em condição precária, dado ao fato de sua inexperience profissional. Alguns autores argumentam que a precariedade pode estar a transformar-se na “condição paradigmática” do trabalho dos jovens (Kesisoglou, 2015 *apud* Carmo & Matias, 2019:25). No entanto, muitos deles, hoje entram em empregos de caráter temporário que se estendem muito para além do período considerado experimental, que se tem usado por muitas empresas a título de estágio, durante os quais as mesmas podem legalmente pagar salários mais baixos e oferecer menos benefícios sociais.

Os jovens – assim como as mulheres e migrantes – são considerados os grupos mais vulneráveis a trabalhar com contratos de trabalho temporários, uma vez que estes contratos são normalmente utilizados como posição de entrada no mercado de trabalho. Embora o que se percebe é o prolongar desta condição laboral precária ao longo do seu trajeto profissional¹¹.

¹¹ Um estudo levado a cabo por Kovács (2005) constatou que há tendência para a reprodução das situações de emprego, ou seja, uma parte substancial dos indivíduos que estavam com contrato sem termo, já anteriormente estavam nesta situação e, por sua vez, os indivíduos com emprego temporário, também estavam já nessa situação nos dois empregos anteriores. Apenas uma pequena parte (um quarto dos trabalhadores temporários e 12% dos contratados a termo) conseguiu passar para emprego estável. Deste modo, uma parte substancial dos jovens que se encontram numa situação vulnerável no mercado de trabalho corre (42) Percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes nos novos setores de serviços o perigo de um percurso profissional precário, mobilidade entre empregos descontínuos, marcados pela incerteza do amanhã. Há uma forte concentração juvenil e feminina em setores com forte rotação do emprego e menor representação nos setores de fraca rotação

Não obstante, todos os jovens estarem expostos a situações de vulnerabilidade e precariedade laboral, o caso de jovens com formação no ensino superior até pode ser a oportunidade de entrada para um emprego mais qualificado, mais estável e mais bem remunerado, mas mesmo entre as áreas de formação há disparidades no mercado de trabalho. Geralmente, os cursos ligados às ciências da saúde, às engenharias e as ciências econômicas enquadram-se num perfil com maior possibilidade de estabilidade e progressão de carreira, enquanto as áreas de educação, ciências sociais e humanas registam maiores dificuldades de inserção profissional (Alves e Estanque, 2012; Marques, 2010 *apud* Leal, 2020: 25).

Segundo Sennett (2009) a obtenção de um diploma universitário até contribuiu, na prática, para o aumento do salário, mas a oferta de empregos para indivíduos com alta qualificação não acompanhou essa evolução. Tal facto causou um desequilíbrio e uma desigualdade entre aqueles que conseguem trabalhar na sua área de formação e os que percorrem as sobras de oportunidades juntamente com os não qualificados, os quais sofrem com a desvalorização e com a diminuição da renda e de direitos. Assim, efetivamente houve um crescimento de jovens diplomados e justamente por essa não evolução das oportunidades de emprego fez com que o excesso de qualificação transformasse as novas relações laborais entre os jovens em um ambiente propício para a extrema competitividade e a crença em um sistema de meritocracia. De forma que apenas uma pequena parcela consegue alcançar a posição laboral desejada e o restante fica com as vagas remanescentes que ultimamente são vistas nos malabarismos que envolvem a tendência da flexibilidade das relações laborais (Sennett, 2009 *apud* Leal, 2020: 26). Verifica-se, com isto, que a experiência da precariedade laboral entre jovens qualificados é vivida de forma diferenciada e desigual, assim como a sua forma de lidar com a respetiva condição precária é distinta entre os grupos sociais a que pertencem ou provêm os referidos jovens qualificados, o que pode agudizar os níveis de desigualdades sociais entre estes.

2.4 Trabalho, desigualdades étnicas e imigração

O mercado de trabalho assume-se como um mediador no acesso aos recursos e às oportunidades, e também como ponto de confluência onde se atualizam as estruturas sociais e os trajetos de vida, o mercado de trabalho assume-se como um campo basilar na constituição do “sistema de desigualdades” (Bihl & Pfefferkorn, 2008 *apud* Cantante, 2018: 13). No entanto, o próprio mercado de trabalho atual, com todas as transformações que ocorrem nele e com anuência cada vez mais acentuada das políticas de desigualdade – embora se tivesse a noção que as políticas públicas visassem, essencialmente, a

de emprego, ou seja, nos setores com mercados de trabalho internos mais fortes. Ao mesmo tempo, os jovens estão mais fortemente concentrados do que os adultos nas profissões de baixa qualificação ou não qualificadas, revelando-se particularmente problemática a situação dos mais jovens dos 15 aos 24 anos (Cerdeira *et al.* 2013: 42).

políticas de igualdade, o denominado Estado-Providência ou Estado Social –, o mesmo tende a contribuir para o ampliar das assimetrias categoriais a nível de vários contextos laborais, por exemplo, entre os trabalhadores que têm contratos mais seguros e menos seguros, entre os que têm contratos formais precários e os que trabalham informalmente ou através de vínculos descoincidentes com a sua real condição de trabalhadores por conta de outrem, entre os que trabalham a tempo inteiro e os que gostariam de ter esse regime temporal de trabalho ou, pelo menos, trabalhar mais horas. A própria condição perante o trabalho gera oposições categoriais bastante marcadas, com impactos nas condições de existência dos indivíduos e das famílias e exacerbadas no caso dos desempregados que não têm direito aos subsídios de desemprego ou ultrapassaram os limites dessas prestações (Cantante, 2018: 14).

Como se referiu, as desigualdades económicas e sociais que antecedem a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho tendem a prolongar-se nos trajetos laborais e nas oportunidades existentes nesse campo (Cantante, 2018:12). O contexto económico e social da família em que o indivíduo nasce e se desenvolve tende a influenciar ou mesmo condicionar a sua inserção e mobilidade no mercado de trabalho. Em concreto, a desigualdade de recursos educativos compreende que as oportunidades profissionais e as possibilidades exetáveis a nível da trajetória ascendente no mercado de trabalho esteja associada aos recursos escolares de cada um. Segundo um estudo da FFMS (2017) sobre a mobilidade social, “em Portugal quanto maior a escolaridade dos pais maior é o futuro rendimento familiar do filho”, aqui o nível de escolaridade refere-se no sentido amplo.

A reprodução e até ampliação das desigualdades que se verificam no mercado de trabalho decorre, entre outros fatores, de dinâmicas sociais associadas aos recursos económicos e educativos, a questões de género, mas também formas de discriminação associadas à etnicidade. Apesar de não haver uma classificação oficial da população étnica em Portugal, existe indicadores seguros que apontam de que a cor da pele é ainda forte condicionante das oportunidades de cada indivíduo afrodescendente, independentemente das suas qualificações profissionais e académicas. O recente inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia – Ser negro na EU (2019)¹² da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais concluiu, por exemplo, que a população africana ou descendente de africanos que vivem em Portugal é a mais pobre, cerca de 38% têm dificuldade em pagar as contas, enquanto que população portuguesa em geral corresponde a 17%; tem os piores empregos, cerca de 50% da população negra exercem atividades remuneratórias em setor manual que normalmente exige esforço físico, sendo a segunda percentagem mais alta comparada com a de outros países e o dobro da média da EU; as piores condições de habitação comparado com os outros residentes, cerca de 46% da população nacional de ascendência africana vivem em casas sobrelotadas (na população portuguesa o valor corresponde a 10%)

¹² O relatório em referência descreve os resultados selecionados da segunda pesquisa em larga escala da FRA (EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS) sobre migrantes e minorias (EU-MIDIS II). O mesmo examina as experiências de quase 6.000 pessoas de ascendência africana em 12 Estados-Membros da UE, [Ser negro na UE | Agência da União Europeia para direitos fundamentais \(europa.eu\)](https://fra.europa.eu/fr/ser-negro-na-ue)

e 21% em condições habitacionais degradantes (a restante população residente em Portugal corresponde a 5%). A partir destes dados, se pode afirmar que a integração da população negra de ascendência africana é mais cumulativa de obstáculos e discriminação, comparada com outra população residente em Portugal. Portanto, ainda há uma série de condicionamento baseado na cor da pele que determina desigualdades materiais e simbólicas duráveis em vários campos, desde logo, no mercado de trabalho, nos trajetos profissionais e académicos¹³. Estes dados que refletem os níveis de desigualdades entre os indivíduos afrodescendentes, embora estatísticos, nos remetem à busca da compreensão sobre a sociedade, suas formas de constituição e seus conflitos. Para tal sugerem-nos as seguintes: como pessoas de um determinado grupo social, no caso, negros de ascendência africana são mais pobres? Como se explica que pessoas negras se encontram, maioritariamente, a exercer atividades laborais em setores menos qualificados, portanto, com salários muito baixos e em condições mais precárias? Como pessoas negras encontram em condições habitacionais muito mais degradantes?

De acordo com Almeida (2019), várias pesquisas, ao longo dos anos, têm demonstrado que a raça é um marcador determinante da desigualdade económica, e que direitos sociais e políticos universais de combate à pobreza e distribuição de renda que não refletem o fator raça/cor mostram-se pouco efetivas. Importa destacar os estudos sobre a relação entre raça e economia, levados a cabo pelos estudiosos norte-americanos Myrdal (1944)¹⁴ e Cox (1948)¹⁵. Para Myrdal, segundo Almeida (2019: 96), a situação da população negra poderia ser explicada pelo que denominava de *causas cumulativas*. Isto é, as pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas para conseguir um trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos e de assistência social efetiva ajuda a reforçar os estereótipos racistas, como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação. Já o sociólogo Cox (1948) critica a visão de Myrdal sobre o racismo pouco aprofundada e muito idealista e vai mais longe na sua reflexão, para estudioso a exploração e o preconceito racial

¹³ De acordo com o Relatório sobre Trajetos e Projetos de Jovens Descendentes de Imigrantes à saída da Escolaridade Básica elaborado pelo Observatório da Imigração, em 2011, os estudantes imigrantes ou descendentes de imigrantes sentem, de uma forma geral, maiores dificuldades do que os seus pares “nativos” no desempenho escola, no acesso a educação pré-escolar, e na progressão normal através dos vários ciclos educativos. E mais, eles encontram-se inseridos com maior probabilidade em estabelecimentos de ensino localizados em grandes centros urbanos, frequentados por alunos que, em média, provêm de ambientes familiares menos favorecidos e com uma elevada concentração de minorias étnicas.

¹⁴ MYRDAL, Gunnar (1944), *Na American Dilemma: The negro Problem and the American Democracy*. Nova York; Londres: Harpers Brothers.

¹⁵ COX, Oliver (1948), *Caste, Class and Race: a Study of Social Dynamics*. Nova York; Londres: Modern Reader Paperbacks.

desenvolveram-se entre os europeus com o surgimento do capitalismo e do nacionalismo¹⁶. Para este autor, o racismo é uma construção da sociedade moderna capitalista e visa justificar, de alguma forma a desigualdade existente entre grupos sociais. A solução do racismo, segundo Cox, passava por uma mudança estrutural e revolucionária. Tanto um autor quanto o outro, embora apresentem perspectivas distintas de abordagem sobre o racismo, defendem, uma maior intervenção do Estado no mercado a fim de se promover as transformações necessárias.

As desigualdades étnicas relacionam-se, pelo menos parcialmente, com os fenômenos migratórios, no sentido em que uma parte das populações imigrantes são alvo de formas de discriminação étnicas – as desigualdades étnicas, nas suas várias formas de manifestação, fazem-se sentir, no entanto, também entre grupos populacionais que nasceram ou viveram quase sempre no país onde são alvo dessas discriminações.

De acordo com estudos realizados por Cerdeira *et al.* (2013:43), no âmbito dos percursos laborais e de vida dos jovens imigrantes nos setores de serviços, os imigrantes estão normalmente nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho, onde se cruzam com outros grupos populacionais mais vulneráveis, como os jovens, mulheres e outros trabalhadores pouco qualificados. A conjugação de alguns destes atributos reforça as condições de vulnerabilidade.

Um dos teóricos com maior relevância sobre a teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado de trabalho dual, foi Piore (1979). Segundo este teórico, o mercado de trabalho, mesmo o dos países desenvolvidos, não se caracteriza por uma homogeneidade de posições e amplas possibilidades de circulação. Variáveis económicas, sociais e motivacionais separam o mercado “primário”, caracterizado por bons salários, emprego estável e perspectivas de carreira, do mercado “secundário”, onde prevalecem baixos salários, emprego instável e escassas perspectivas de carreira. Quando se considera a imigração na análise, verificamos que as vagas do mercado “primário” são tipicamente garantidas pelos trabalhadores nativos, deixando o mercado “secundário” para os imigrantes, satisfeitos com o ganho salarial em relação ao país de origem e sem os mesmos problemas de status e motivacionais que os nativos enfrentam. Essa é a razão pela qual os imigrantes, desde há muito tempo, estão sobre-representados nos trabalhos habitualmente designados por 3 D’s (dirty, demanding and dangerous)¹⁷. Do ponto de vista de inserção de imigrantes no mercado de trabalho, este e outros estudos, como de Porte (1981 e 1981)¹⁸

¹⁶ Cfr. [...] por conta das ramificações mundiais do capitalismo, todos os antagonismos raciais podem ser relacionados às políticas e atitudes dos principais povos capitalistas, as pessoas brancas da Europa e da América do Norte (Ibdem, p.537). O ódio racial é um suporte natural da exploração capitalista.

¹⁷ Cfr. Cerdeira *et al.* (2013:43)

¹⁸ Portes (1989 e 1999) em suas obras, *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação* e “*Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation*”, destacou que a inserção maioritária dos imigrantes no segmento secundário do mercado de trabalho, mas chamando a atenção para a importância dos canais de inserção no mercado primário e em segmentos étnicos. Para além disso, acrescentou a noção de “assimilação segmentada”, segundo a qual, mesmo nas sociedades de imigração mainstream, os imigrantes e alguns grupos étnicos (com destaque para os negros) se encontram frequentemente

Todo o fluxo migratório¹⁹ é um fenómeno que ocorre dentro de um contexto espaço-temporal onde se verifica a possibilidade de encontros e contactos entre pessoas de hábitos e culturas diferentes, que muitas das vezes são encarados como uma ameaça para aquele grupo social recetor. Rocha-Trindade (1997: 65) afirma que “atendendo a que os grupos de cidadãos estrangeiros apresentam uma diferenciação cultural de natureza étnica, linguística, e, em alguns casos, religiosa que os distingue da população maioritária, a convivência entre os vários grupos complexifica-se e podem mesmo ocorrer situações de intolerância intergrupala e cultural”.

Esta complexidade de integração e convívio não se verifica de forma homogénea entre os imigrantes. De acordo com Rocha-Trindade (1993: 423, 424) “os cidadãos da Europa, seja porque a similitude aproximada do fenótipo, tanto como da religião e da cultura, bem como de outros fatores decorrentes da longa estada nestes países, tornam praticamente invisíveis as diferenças que certos grupos ou comunidade de origem imigrante possam passar aparentar à comunidade recetora. No entanto, esta situação se torna mais problematizante, no caso de imigrantes africanos no território português, ou seja, os imigrantes provenientes dos países africanos são mais expostos a vulnerabilidades de várias ordens, já que para aqueles, que se diferenciam da sociedade recetora pelo tipo físico, língua, religião, normas e práticas sociais tornam-se imediatamente reconhecíveis como diferentes, podendo ser mais facilmente vítimas de rejeição e preconceito.

Segundo Monteiro (2012), em Portugal, existe uma maior aceitação, por parte da sociedade recetora, dos novos imigrantes provenientes do Leste da Europa – sendo estes europeus, brancos, com hábitos e costumes muito similares a dos portugueses, no entanto, com a barreira da língua – em detrimento aos imigrantes africanos de países de expressão da língua portuguesa. Há quem afirma que seja pelo fato de serem mãos de obra qualificadas, porém se realça ao fato de que também entre os imigrantes africanos tem indivíduos qualificados, mas que não encontram espaço no mercado de trabalho²⁰.

confinados a segmentos desfavorecidos do mercado de trabalho, desenvolvendo assim padrões de (i)mobilidade social específicos.

¹⁹ De acordo com muitos estudos relacionados com o fenómeno da migração, os migrantes assumem um papel chave na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho a nível global, e Portugal não foge a regra. Sem esta população alguns setores económicos e atividades não sobreviveriam e entraria em colapso (Münzet *et al.*, 2006 *apud* Oliveira (coord.), 2019), e não só, permite igualmente reequilibrar a balança demográfica para muitos países que a taxa de natalidade é muito baixa e uma taxa de população nativa idosa muito elevada comparada com a taxa da população adulta em contraste com a população imigrante que é mais jovem e, portanto, mais ativa. Embora esta inequívoca importância da população migrante no crescimento económico global, da mesma forma é inegável que grande parte do precariado é constituída por migrantes e, segundo Standing (2011:166), estão em risco de se tornarem as principais vítimas desta situação, diabolizados e transformados em bode expiatórios de problemas pelos quais não são responsáveis. O que se constata em Portugal e não é diferente de outras realidades europeias e mundiais, o fluxo migratório dá-se na sua maioria por razões económicas, muitos da população imigrante, como já acima referimos, estão vinculados a trabalhos precários, remunerações baixas, em condições mais vulneráveis e de elevado grau de riscos, tendo em conta os setores de serviços, como construção civil, hotelaria e restauração e serviço doméstico (Peixoto, 2008; Oliveira & Pires, 2010 *apud* Oliveira *et al.*, 2019:155).

²⁰ Os africanos e luso-africanos sofrem um novo ciclo de desemprego e percebem que são os de Leste que estão a ocupar seus lugares. Um problema a mais em suas vidas. Porém, cabe alterar que também entre os africanos negros

De acordo com Monteiro (2012: 40), xenofobia e racismo, uma realidade visível, nos grandes centros urbanos, como Porto, Lisboa, Faro ou mesmo Coimbra, são fatos que estão quase todos os dias na ordem do dia através da imprensa e também são objeto de políticas públicas e de investigação académica. E o aumento considerado destes atos de xenofobia e racismo, a nível da sociedade portuguesa para com imigrantes e negros, está associado a diversos fatores, entre eles, “a ausência de uma política de integração social dos imigrantes e seus descendentes a residirem no país”, a falta de discussões académicas, políticas e sociais abertas sobre o tema muito presente na arena social (SOS – Racismo)²¹.

A desigualdade étnico-racial cada vez mais visível está muito ligada à dimensão histórica colonial que apesar de todo o avanço a nível científico ainda se vê presente ideologicamente nas relações sociais e em alguns circuitos políticos, “uma cultura de colonizador que persiste na mentalidade das relações sociais e é nela, que se buscam as ideias do passado para, infelizmente, compreender o presente de negação e exclusão vivido por africanos negros e portugueses em Portugal” (Monteiro, 2012: 33). Tudo isso nos leva a crer que estamos perante a um problema estrutural e que deve ser tratado como tal. Segundo A. Gonçalves (1996: 15), citado por Monteiro (2012:32) o pensamento atual da sociedade portuguesa expõe imagens e clivagens em termos de práticas sociais e representações por parte dos “naturais”, isto é, de portugueses sobre imigrantes africanos negros na sociedade portuguesas.

Hoje, segundo Pereira (2012: 64), destaca-se a crescente adesão às formas de trabalho flexível, transversais aos trabalhadores pouco ou altamente qualificados, estrangeiros e nacionais, que produz também efeitos na situação laboral dos imigrantes e afeta, nomeadamente, as suas possibilidades de progressão no mercado de trabalho português e as trajetórias laborais dos seus descendentes. Torna-se cada vez mais atribulada e limitante a trajetória laboral do imigrante luso-africano, marcado por várias formas de desigualdades, sejam elas de existências, sempre vistos como “os outros” por pertencerem a um grupo étnico-cultural que é fortemente marginalizado e flagelado pelo sistema social, político e económico; em relação às desigualdades de recursos, são os mais afetados e excluídos no acesso à habitação, estando muitos a viverem em bairros de barracões, com baixos níveis de escolaridades e com alto registos de desistências escolares; desigualdade socioeconómica, pois é o grupo social com rendimentos mais baixos e mais expostos a precariedade no emprego com vínculos elevados de informalidades, se olharmos nas atividades em que estes estão inseridos, sem proteção social alguma.

há pessoas de nível superior e mesmo com pós-graduação trabalhando nas obras, mas isto passa longe do conhecimento do português comum. Cabe também alertar que mesmo os imigrantes do Leste sofrem discriminação e inteligências racistas, embora em menor escala. Exemplar é o termo «os ucras» empregado de modo genérico a esses imigrantes e a crença de que «os ucras são todos que andam por aqui, invadir nosso país e que cheiram mal. Que a gente identifica perfeitamente na rua e que andam em tascas e tabernas.», ainda que não tenham dinheiro para ir a um café. O que mostra a natureza estrutural do racismo na sociedade portuguesa, *in* Monteiro (2012: 31, 32).

²¹ Associação SOS – Racismo criada em 1990, Dia Internacional dos direitos humanos, tem com objeto social o combate a Xenofobia e o racismo em Portugal.

3. Trajetos laborais de jovens angolanos qualificados em Portugal: precariedades, desigualdades e futuro

Diversos estudos apontam que a trajetória laboral dos jovens, no mercado de trabalho português, é marcada, fortemente, por experiências laborais precárias²² e sofrem mais com os efeitos negativos da flexibilização do trabalho em relação as gerações anteriores²³. De acordo com relatórios recentes da OIT (2011 e 2015), o mercado de trabalho para os jovens é cada vez mais degradante e caracterizado pela heterogeneidade e por situações contraditórias, em que os segmentos mais qualificados podem coexistir na mesma situação profissional com segmentos menos qualificados.

A trajetória laboral dos jovens angolanos qualificados no mercado de trabalho português, assim de outros indivíduos, é marcada por empregos, a que Diogo & Vaz (2014)²⁴ conceituaram por *trajetória de emprego carrocel*, que consistem nas trajetórias de emprego marcadas por mudanças sucessivas entre empregos e até profissões, em que os períodos de atividades são intercalados com o desemprego, e em que o resultado final é nulo, em termos sociais. Acresce que estas trajetórias de emprego em carrocel se caracterizam, pela grande frequência com que os indivíduos realizam essas mudanças, dando a sensação de uma grande velocidade, mas, de fato, não saindo do mesmo lugar *social*. Situação que contrapõe-se com a ideia da trajetória de emprego linear.

Á luz do que temos vindo a abordar, do ponto de vista conceitual e analítico, sobre a relação do binómio jovem e mercado de trabalho português, sem descorar de suas variáveis e seus condicionamentos, trazemos, neste ponto, a apresentação e análise estatística dos dados, referentes a extraídos no Quadro de Pessoal (GEP/MTSSS)²⁵. Desta forma, procuramos espelhar a dimensão sociodemográfica dos trabalhadores imigrantes angolanos residentes, de acordo com as variantes da natureza do contrato de trabalho, trabalho por conta de outrem, níveis de escolaridade e salário médio mensal. E, para uma análise comparativa, nos atemos aos dados referentes a população trabalhadora portuguesa em relação a população trabalhadora angolana em Portugal.

²² Neste sentido, destacam-se as pesquisas feitas por Ferreira *et al.*, 2017; Carmo & Matias; OECD, 2016; Comissão Europeia, 2016; Carmo *et al.*, 2014; Cantante, 2011).

²³ Pode ser conferido também as obras anteriores dos autores Auer, 2005; Guerreiro & Abrantes, 2004; Auer & Cazes, 2002; Shmidt & Gazier, 2001, as quais podemos fazer um paralelismo com a realidade portuguesa.

²⁴ DIOGO, Fernando & VAZ, Fernanda Freitas (2014), “*Precário em trajetória de emprego em carrocel: trabalhadores pobres em Portugal*”, Comunicação apresentada ao VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e perspetivas. Universidade de Évora, 14 a 16 de abril, Editora Associação Portuguesa de Sociologia.

²⁵ Quadro de Pessoal é o instrumento oficial do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade, que reúne, de forma organizada e estratificada, um conjunto de carreiras, cargos, funções e remunerações, bem como os respetivos setores.

3.1. Objeto de estudo, metodologia e hipóteses

O presente estudo tem como objeto de investigação a análise dos trajetos laborais dos jovens imigrantes angolanos com qualificação escolar de nível superior residentes em Portugal, em particular:

- as formas de discriminação por eles sentidas no mercado de trabalho;
- as experiências de precariedade laboral e o impacto dessa realidade na sua vida pessoal e profissional destes jovens;
- a forma como estes jovens projetam o seu futuro.

Dado os objetivos estabelecidos para o presente estudo optou-se por uma metodologia qualitativa. Levar-se-á a cabo um estudo exploratório assente numa pesquisa intensiva, através de entrevistas semiestruturadas para a recolha de informação a alguns jovens imigrantes angolanos que trabalham por conta de outrem, sob contratos a termo, trabalhos a “falsos” recibos verdes, contratos temporários ou estão a exercer alguma atividade laboral informal. Neste sentido, “a entrevista pode ser considerada como uma forma de exercício espiritual, visando obter, pelo esquecimento de si, uma verdadeira conversão do olhar sobre os outros nas circunstâncias comum da vida” (Bourdieu, 19: 704).

A escolha deste tema deveu-se ao fato de, apesar do fenómeno da precariedade laboral ser cada vez mais estudado a nível das ciências sociais – economia, sociologia, política, etc. – e, por isso, ser cada vez mais propalado no meio académico, político, social, bem como económico, pensa-se que um estudo qualitativo deste fenómeno social é sempre mais recomendado e não se esgota em si, dada as várias experiências que os indivíduos vão vivenciando na sua relação com o mercado de trabalho. Para efeito do enquadramento do nosso estudo, o mesmo fenómeno será analisado a partir da experiência laboral de uma população de imigrantes angolanos qualificados residentes na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Isto, por ser uma região que concentra um maior número de imigrantes angolanos em Portugal, segundo o estudo levado a cabo por Mendes, Rebelo & Rego (2011)²⁶. Aemos a nossa pesquisa a população jovem imigrante qualificada com idade ativa compreendida dos 23 a 34 anos de idade, a residir no país de destino no período superior a 1 ano, tendo os mesmos deixados o país de origem por motivos de estudo, trabalho ou melhoria de condições.

Esta busca foi feita por meio de rede de contatos da Associação de Estudantes Angolanos em Portugal (AEAP)²⁷ e outras vias fornecidas pelos entrevistados num efeito “bola de neve”.

²⁶ Tendo como fonte dos dados o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a comunidade de imigrante angolana está o facto de mais de 86% estar concentrada nos distritos de Lisboa, Setúbal e Porto (65,01%, 16,36% e 4,82%, respectivamente), de se tratar de uma comunidade muito jovem (quase 85% dos imigrantes tinham em 2007 idade inferior a 40 anos e mais de 20% idade inferior a 15 anos) e de predominar o sexo masculino (cerca de 54% do total), verificando-se predominância masculina até aos 44 anos e infletindo-se a relação nas idades seguintes.

²⁷ Associação de Estudantes Angolanos em Portugal, fundada em 1984, é uma organização representativa dos estudantes angolanos em Portugal, de natureza académica, social e cultural, sem fins lucrativos, políticos e religiosos.

Para efeito da entrevista, foi elaborado um guião de entrevista (anexo) baseado nos objetivos do estudo e na análise do quadro teórico utilizado para a presente investigação, o que permitiu uma maior abordagem das questões fundamentais relativas às experiências laborais vividas pelos jovens imigrantes angolanos qualificados em Portugal e aos seus efeitos na vida pessoal e profissional. Desta forma, as entrevistas aplicadas incidiram em cinco temas principais: qualificações académicas e a trajetória profissional em Portugal; profissão atual e o nível de satisfação laboral tendo em conta a qualificação académica; oportunidades de trabalho em Portugal e o condicionalismo da origem étnica; efeitos da precariedade laboral na vida pessoal e profissional; a incerteza relativa ao futuro laboral em Portugal.

As doze entrevistas foram realizadas no período de junho a setembro de 2021, dado ao condicionalismo conjuntural da pandemia e individual dos entrevistados, as mesmas foram realizadas em duas modalidades: presenciais (5) e online (7) com recurso a plataforma digital *zoom*, por videochamadas. As gravações das entrevistas foram todas feitas com o consentimento dos entrevistados, após cada entrevista foi feita a transcrição das mesmas, de maneira a garantir a fiabilidade das informações obtidas.

Conforme a metodologia utilizada no presente estudo optou-se por uma amostra qualitativa por caso múltiplo²⁸, do tipo amostra por homogeneização a partir da perceção da diversidade interna, com a procura de variáveis pertinentes diante do objeto da investigação e visto que todos os entrevistados pertencem a um mesmo grupo homogéneo. Desata-se, ainda, que a priori o número de entrevistas não é previsível para esse tipo de amostra, sendo a saturação das informações obtidas no decurso da pesquisa a definição para o número de entrevistas (Guerra, 2006 *apud* Leal, 2020:40).

Conforme o dado constante no anexo 1, a amostra recolhida constitui o total de doze jovens imigrantes angolanos qualificados, entre eles, quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino, com as idades compreendidas entre 23 e 34 anos. Relativamente às qualificações académicas, dez são licenciados e dois mestres. Atualmente, três dos entrevistados estão a concluir o mestrado – é o caso dos entrevistados 01, 08 e 11 –, e dois encontram-se a frequentar o doutoramento, que são os entrevistados 09 e 10. Todos os entrevistados trabalham e estudam. Dos entrevistados, sete frequentaram e concluíram os seus estudos superiores (licenciaturas) em Portugal, é o caso dos entrevistados 01, 02, 04, 05, 06, 07 e 12.

²⁸ Neste sentido, os requisitos para inclusão da amostra são: possuir pelo menos o grau de licenciatura; jovens angolanos da faixa etária 23-34 anos, que vieram a Portugal por motivos de continuidade dos estudos superiores (mestrados e/ou doutoramento) e jovens que tenham feito a sua licenciatura em Portugal com/sem dupla nacionalidade; trabalhador por conta de outrem, trabalhador independente involuntariamente; qualquer universidade e independente da área de formação; dentro da Área Metropolitana de Lisboa

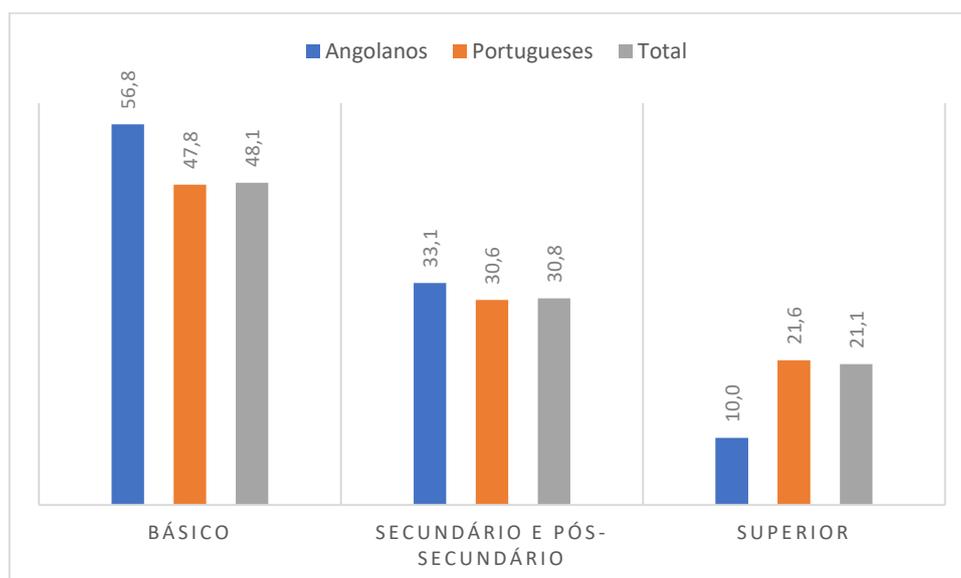
3.2. Trabalhadores angolanos em Portugal: alguns dados estatísticos

De acordo com Pereira (2012), a precariedade laboral associada aos imigrantes, com particular realce a população de imigrantes angolanos, está regularmente associada a modos de uma inserção ao mercado de trabalho fragilizada e desvantajosa, em ocupações de baixo estatuto, no caso em estudo, nos setores da construção civil, limpezas, trabalho doméstico, hotelaria e restauração, onde os próprios trabalhadores imigrantes são os mais vulneráveis ao desemprego e a ausência clara de proteção social. O quotidiano dos imigrantes é marcado por múltiplas experiências dramáticas no que toca a relação laboral, como o tipo de empregadores, os horários e ritmos de trabalho, as condições salariais, as condições de segurança e higiene no trabalho e ainda a discriminação nas suas várias formas, tendo em conta as vivências laborais das minorias étnicas. Importa referir que esta experiência não é homogénea entre os imigrantes, portanto, é vivida de forma distinta e desigual entre imigrantes de nacionalidades distintas, e da mesma nacionalidade, porém género diferentes, isto tendo em conta as diferentes motivações migratórias, padrões de mobilidade específicos e variações relevantes no processo de inclusão no mercado de trabalho nacional português faz com que as condições de trabalho de uns e de outros sejam distintas e resultantes das características dos setores em que ambos trabalham (Cerdeira, 2013; Marques & Góis, 2008).

Embora diversos estudos terem demonstrado o papel crucial que os imigrantes tem assumido a nível das sociedades capitalistas na melhoria da eficiência do mercado, verifica-se que, nas últimas décadas há uma segmentação do mercado de trabalho em função da nacionalidade dos trabalhadores: os trabalhadores estrangeiros estão sobre representados nos grupos profissionais menos qualificados, mais precários, mais expostos a instabilidade na relação laboral, com baixas remunerações, e com maior incidência de sinistralidade laboral (Cerdeira, 2013).

De acordo com Oliveira (2020), regista-se alguma persistência do mercado de trabalho português em função da nacionalidade e que os trabalhadores continuam sobre apresentados nos trabalhos menos atraentes do mercado de trabalho, de mais baixas ou nulas qualificações com condições de trabalho mais dura e com elevados níveis de insegurança (Oliveira & Pires, 2010 *apud* Oliveira *et al.*, 2020: 156).

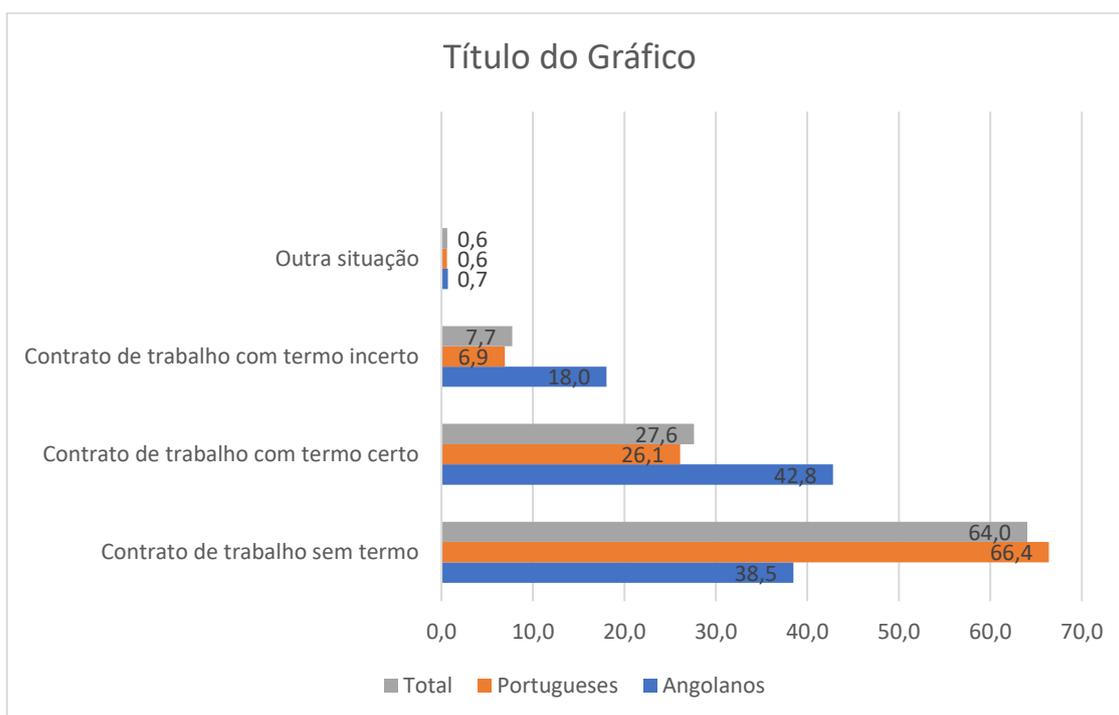
Apresentamos de seguida informação para o ano de 2019 dos Quadros de Pessoal (GEP-MTSSS), nomeadamente por nível de escolaridade; tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa (2019); e o ganho médio dos trabalhadores do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa, por nível de escolaridade (euros) (2019).



Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor)

Gráfico 3.1: Trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa, por nível de escolaridade (2019)

De acordo com o gráfico 3.1., sobre trabalhadores de nacionalidade angolana e portuguesa que trabalham por conta de outrem (TCO), tanto no setor privado quanto no setor público, destacamos que, no ano de 2019, a maior força de trabalho angolana residente em Portugal têm apenas o ensino básico, isto é corresponde á 56,8% do total da população trabalhadora angolana; apenas 10% dos trabalhadores angolanos residentes em Portugal têm o ensino superior e 33,1% têm o ensino secundário e pós-secundário. No caso da população trabalhadora portuguesa, embora registrar-se, igualmente uma significativa concentração de trabalhadores por conta de outrem apenas com o ensino básico concluído, cerca de 47,8%, há menos incidência comparada com o caso de trabalhadores angolanos; a nível do ensino secundário e pós-secundário, a população de trabalhadores por conta de outrem corresponde a 30,6% e para o ensino superior há, no mercado de trabalho português, cerca de 21,6% de trabalhadores por conta de outrem. Olhando para os dados percentuais aqui apresentados, referentes aos trabalhadores por conta de outrem com o nível de escolaridade superior, somos a concluir que a população portuguesa trabalhadora com este nível é duas vezes superior a população de trabalhadores angolanos residentes em Portugal.



Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor)

Gráfico 3. 2: Tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa (2019)

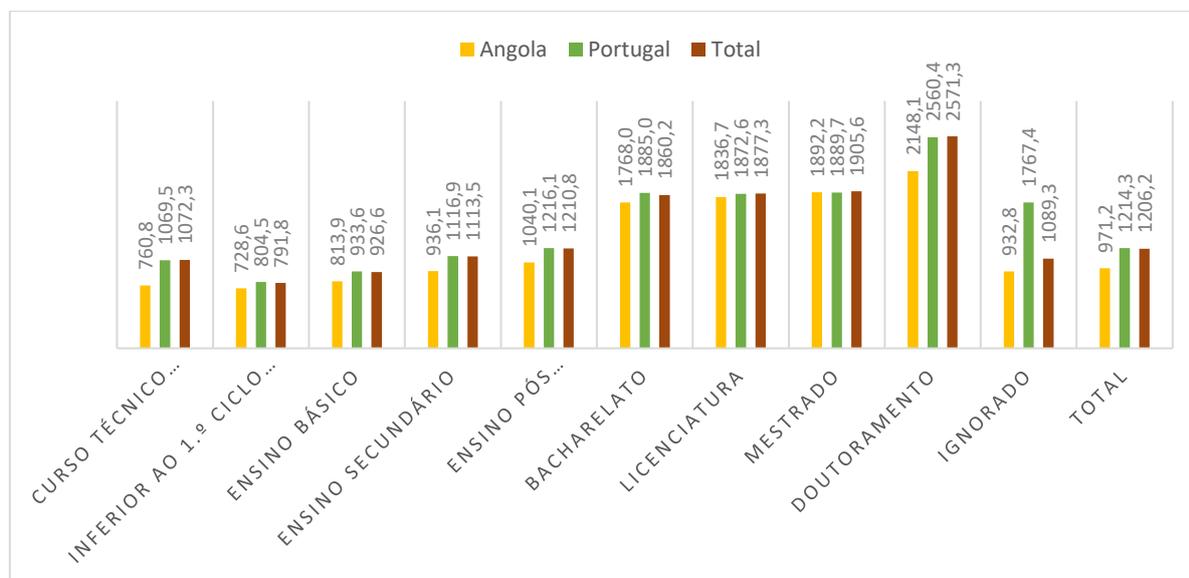
Quando comparados os tipos de contratos dos trabalhadores por conta de outrem do setor privado e do setor público, nos casos de contratos individuais de trabalho, angolanos residentes em Portugal e nacionais, observa-se que, em termos de contratos de trabalho sem termo, os primeiros apresentam um número claramente menos expressivos²⁹, com cerca de 38,5% da população angolana trabalhadora residente em Portugal comparados com o segundo, isto é, os trabalhadores portugueses que celebraram contrato sem termos, em 2019, correspondem ao total de 66,4%, enquanto que os trabalhadores.

De acordo com os dados apresentados, no ano de 2019, registou-se um maior número de trabalhadores angolanos residentes em Portugal que se viram a celebrar contratos de trabalho com pouca segurança e muita instabilidade, um valor que supera claramente ao total de trabalhadores nacionais, se somarmos o grupo que tenha celebrado o contrato de trabalho a termo certo (42,8% trabalhadores angolanos e 26,1% trabalhadores portugueses) e aqueles que tenham celebrado contrato com termo incerto (18% trabalhadores angolanos e 6,9% trabalhadores portugueses).

²⁹ Com a devida reserva, tendo em conta que há número de angolanos que se encontram em Portugal com a finalidade de aumentar seus níveis académicos superiores e que para seu sustento e de seus estudos se vê inserido no mercado de trabalho, estes em muitos casos não entram nas estatísticas oficiais.

Com isto, podemos concluir que há, no mercado de trabalho português, uma maior incidência de trabalhadores angolanos residentes em Portugal sujeitos a condições contratuais precárias e mais expostas a riscos sociais e sem que tenha alguma segurança ou garantia social e de rendimento.

E, relativamente a outras situações contratuais que, para a presente análise, não se encontram especificadas, mas que mereceram a nossa atenção, o gráfico 3.2 apresenta um total 0,6, sendo 0,7 correspondente aos trabalhadores angolanos e 0,6 corresponde aos trabalhadores nacionais.



Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (Sistematização e cálculos do autor)

Gráfico 3.3: Ganho médio dos trabalhadores do setor privado (e do setor público com contratos individuais de trabalho), nacionalidade angolana e portuguesa, por nível de escolaridade (euros) (2019)

Da análise comparativa da remuneração média dos trabalhadores dos setores privado e público (no caso, os contratos individuais de trabalho), de acordo com o nível de escolaridade, entre trabalhadores angolanos em Portugal e trabalhadores de nacionalidade portuguesa, destaca-se o fato de que, no ano de 2019, os trabalhadores angolanos com qualificações superiores tendem a auferir ganhos médios mensais ligeiramente inferiores aos trabalhadores portugueses, tal como se demonstra no gráfico 3.3, o mesmo verifica-se no caso dos trabalhadores com habilitações literárias inferiores, quer dizer, menos qualificados, isto é, os trabalhadores portugueses auferem remunerações médias mensais superiores aos trabalhadores angolanos com o mesmo nível de qualificação ou um pouco acima. Sem uma explicação conexa, esta diferenciação tende a intensificar-se quando se tratar de grupo das mulheres estrangeiras incluindo mulheres angolanas trabalhadoras que muitas delas encontram-se mais sujeitas a estabelecer vínculos abusivos mais vulneráveis e precários, em setores mais invisibilizados, como doméstico, limpeza, *callcenter*, hotelaria e restauração.³⁰

³⁰ Cfr. Cabral & Duarte, 2011.

Interessa realçar que esta diferença de ganho médio mensal, em estudos comparativos mais abrangentes³¹, entre estrangeiros e nacionais, indicam que os estrangeiros de habilitações superiores, têm, em média, remunerações mais altas que os trabalhadores portugueses com semelhanças habilitações.

No entanto, de acordo com a nossa pesquisa exploratória, esta ligeira diferença de remuneração média mensal estatisticamente apresentada entre os dois grupos são muito mais acentuadas na realidade, pois todos os nossos entrevistados, embora sendo técnicos superiores, são sobreaproveitados, encontrando-se a exercerem atividades laborais em setores de baixas qualificações e auferindo salários iguais ou abaixo do salário mínimo.

3.3. Trajetórias laborais dos jovens imigrantes qualificados angolanos em Portugal

O objetivo de explorarmos, em entrevista, a trajetória profissional dos jovens angolanos qualificados em Portugal consistiu no interesse de aferir, primeiramente, o nível de adequação ou conformidade da formação académica com a forma de inserção e trajetória profissional desta população no mercado de trabalho português, embora, do ponto de vista das qualificações académicas, todos os entrevistados eram técnicos superiores, tendo os mesmos concluído a licenciatura (10) e o mestrado (2). Durante a entrevista relataram que suas trajetórias laborais no mercado de trabalho português foram marcadas por inúmeras formas de trabalho precário, como contratos de trabalho a termo, contratos a tempo parcial involuntários, contratos intermitentes, no caso dos entrevistados que trabalhavam no setor da restauração e hotelaria (segundo os mesmos trabalhavam quando houvesse alguma atividade ou evento), falsos recibos verdes, isto é, alguns dos entrevistados relataram que em todas as situações que trabalhavam por recibos verdes, mantiveram sempre uma relação de subordinação que os vinculava diretamente à empresa contratante - os entrevistados afirmaram que tais condições denotavam, claramente, uma fuga do empregador em assumir as responsabilidades inerentes aos encargos da relação laboral.

Apesar de quatro dos entrevistados terem feito a licenciatura em território português (entrevistados 01, 02, 05 e 07), este fator não constituiu elemento que propiciasse uma melhor inserção e trajetória laboral, isenta de precariedade.

Conforme a tabela, em anexo, dos doze entrevistados dois concluíram o mestrado e encontram-se a cursar o doutoramento nas áreas de direito e contabilidade, respetivamente. É o caso dos entrevistados 9 e 10, ambos afirmaram que suas trajetórias foram marcadas por formas diversas de precariedade laboral. No caso do entrevistado 09, os vínculos que foi estabelecendo durante a sua trajetória laboral no mercado de trabalho português foram o contrato de trabalho a termo certo e um “falso” recibo verde

³¹ Cfr. Relatório Estatístico Anual (2020) do Alto Comissário para as Migrações, sobre indicadores de integração de imigrantes, coordenado por Catarina Reis Oliveira.

com salário muito baixo, ausência de regalias sociais e funções aquém das suas habilitações académicas, como o mesmo afirma:

“trabalhei como auxiliar de armazém com uma remuneração de £650,00 (Seiscentos e cinquenta euros) durante um mês, depois trabalhei na construção civil, como “trabalhador independente”, durante oito meses, com uma remuneração de £450,00 (Quatrocentos e cinquenta euros) que só permitia pagar a mensalidade e a renda de casa, mas já não dava para pagar o passe de transporte.” *Entrevistado 09, 32 anos, Doutorando em Direito, atualmente é vigilante de tráfego aéreo.*

Já o entrevistado 10, afirmou que face ao seu objetivo de conclusão dos estudos tem mesmo que sujeitar-se a condição de trabalho de modo que consiga pagar as contas inerentes à faculdade, quarto, alimentação e passe. Para tal trabalhou na área da restauração, como auxiliar de mesa, comércio, como operador do caixa, construção civil, como servente e como estagiário em contabilidade. Em nenhuma das experiências laborais teve vínculos estáveis, os salários foram sempre abaixo ou igual ao mínimo nacional, apenas na restauração e no comércio descontava para a segurança social.

Entre os demais entrevistados licenciados, destaca-se o facto de serem unânimes em relatar as condições precárias laborais, dada as várias formas de vínculos laborais atípicos com um elevado nível de vulnerabilidade. Este relato dos entrevistados conforma-se com a afirmação de Oliveira *et al.* (2020:156), segundo a qual “registra-se alguma persistência do mercado de trabalho português em função da nacionalidade e que os trabalhadores imigrantes continuam sobre apresentados com condições de trabalho mais duras e com elevados níveis de insegurança”.

Relativamente à profissão atual e ao nível de satisfação laboral tendo em conta a qualificação académica, a maioria dos entrevistados alegou que se sentem defraudados, explorados, no sentido em que trabalham muitas horas e têm vínculos instáveis – o que não lhes garante uma vida social com qualidade aceitável. Como ficou provado nas afirmações dos nossos entrevistados:

“Não. Estou por extrema necessidade. Infelizmente o nosso nível de escolaridade feito em Angola, para nós imigrantes, estando aqui é difícil entrar no mercado de trabalho português, porque vais passar por vários procedimentos, por mais que você tenha uma experiência de vinte anos, que podem te levar por seis meses, um a dois anos para estares inserido, é muito absurdo, para alguém que tenha ensino superior ou que tenha uma experiência profissional e que tenha habilidade para trabalhar não teria grande necessidade de ter vários impedimentos para exercer a sua profissão.” *Entrevistado 03 (28 anos), licenciatura em análises de laboratório clínico, atualmente é ajudante de pedreira.*

3.4 Oportunidades de trabalho em Portugal para jovens imigrantes angolanos qualificados e o condicionalismo étnico

De acordo com alguns estudos de sociologia do trabalho levados a cabo por alguns autores, considera-se que o contexto familiar em que o indivíduo nasce e se desenvolve tende a influenciar ou mesmo a condicionar a sua inserção e mobilidade no mercado de trabalho português e não só. E o questionamento a partir do contexto familiar, a questão de género e o fato de pertencer ou não a uma minoria étnica tem não só determinado a sua inserção social e mobilidade a nível do mercado de trabalho, mas também tem contribuído para a intensificação de uma sociedade cada vez mais desigual. Em relação as questões étnicas, segundo alguns estudos afirmam que a cor da pele é ainda um forte condicionamento para se garantir a inserção e mobilidade do indivíduo negro no mercado de trabalho (EUROSTAT, 2018).

Ao longo das entrevistas, a maior parte dos entrevistados afirmaram que apesar da existência de alguns avanços, a cor da pele é ainda um forte condicionante das oportunidades de trabalho com qualidade de cada indivíduo afrodescendente, independentemente das suas qualificações académicas.

De um ponto de vista socioantropológico, a não pertença a um determinado local, a não aceitação como um membro do grupo como aquele que entende, compartilha e reverbera os mesmos valores é nosso ponto de partida para as análises aqui apresentadas.

Todos os entrevistados relataram dificuldades parecidas nas suas trajetórias como migrantes buscando uma melhor condição de vida. Essas dificuldades perpassam uma série de obstáculos valorativos, em que a cor da pele, a origem e as condições de vida importam para o outro. A cor da pele mostra-se aos entrevistados como a primeira barreira de integração.

As situações abaixo demonstram isso mesmo:

“Vejo que o emprego é para os portugueses e o trabalho é para os imigrantes, principalmente de origem africana. Exemplo, na construção civil os profissionais que acumulam mais experiência e tempo de trabalho neste setor são as pessoas negras, de origem africana, no entanto, os encarregados de obra são sempre os brancos que às vezes não domina muito o assunto. Outro exemplo é o que já dei sobre a minha experiência no escritório de contabilidade.” *Entrevistado 01, sexo masculino, 24 anos, licenciatura em Contabilidade, atualmente é monitor em setor social e entregador por aplicativo digital.*

Ou

“Não sei, porque não fico a pensar nisso, não sei se quando não me chamavam em entrevistas que eu tenha feito foi por causa da cor da pele; nunca senti isso, mas já ouvi dizer que muitas pessoas que foram condicionadas ao emprego pela

cor de sua pele, inclusive houve uma amiga que me mandou um *print* de um rapaz que não contratada por ser negro e fiquei chocada por ouvir isso, pois estamos em pleno século XXI e ainda há pessoas que não contratam as outras pessoas que estão mesmo a precisar por esta ser portuguesa (negra ou mulata).” *Entrevistada 02, sexo feminino, 25 anos, Licenciada em Educação Física, atualmente, Personal trainer no ginásio (trabalho a horas), operador de caixa num supermercado de produtos esportivos, treinos personalizados.*

Ou, por fim:

“Muitas das vezes sim. Eu passei por uma experiência, pois além de estar a trabalhar no setor da construção civil, eu me cadastrei em vários empregos e também fiz várias entrevistas em várias empresas e muitas delas, tu mandas o currículo eles vão te ligando com uma satisfação enorme, falar ao telefone, dizendo que gostamos do teu curriculum, a coisa corre tão bem, mas quando tu chegas lá, eles ficam surpresos contigo e chegam mesmo a perguntar se és a pessoa com quem falaram ao telefone, a surpresa é se calhar por ser negro. Não é o que eles pensaram consoante o curriculum que eles leram; por mais que tenha um currículo rico em tudo, mas quando vê a pessoa se surpreendem e acabam não te contratando. E eu sinto-me muito triste quando me deparo com estas situações, foram três vezes em que me deparei com isto. Angola e Portugal diz-se serem países irmãos, por exemplo, se sai um português, vai para Angola podes crer que não vai demorar muito para se inserir no mercado de trabalho, isso porque já trabalhei em algumas clínicas e várias pessoas que saíram daqui de Portugal e sem ensino superior e foram para lá e foram logo inseridos no mercado de trabalho e a ganharem muito bem, mas a gente chega para cá e encontramos esta grande dificuldade, tu mandas um currículo recheado e te deparas com esta situação, tu ficas um pouco cabisbaixo porque tu tens a capacidade para tal , para exercer a função que tu vais te cadastrando e não tens esta oportunidade, é triste e frustrante.” *Entrevistado 03 (28 anos), sexo masculino, licenciatura em análises de laboratório clínico, atualmente é ajudante de pedreira.*

Como dito acima, mesmo e apesar de diversos estudos terem demonstrado o papel crucial que os imigrantes têm assumido na melhoria da eficiência do mercado, observamos que os trabalhadores estrangeiros estão subaproveitados em algumas atividades e setores económicos no país, em particular

nos grupos profissionais menos qualificados, mais precários, mais expostos a instabilidade na relação laboral, com baixas remunerações, e de maior incidência de sinistralidade laboral (Cerdeira, 2013).

3.5 Efeitos da precariedade laboral na vida pessoal e profissional dos jovens imigrantes angolanos

Tal como nos foi relatado nas entrevistas, a precariedade laboral nasce a partir dessas dimensões aqui sublinhadas – pessoal e profissional – e replica-se nas relações sociais de produção como uma resposta velada do dominante sobre o dominado, apoiada em princípios neoliberais de flexibilização das relações de produção no seu sentido mais profundo e transversal. O contexto do mercado de trabalho atual torna o jovem imigrante subserviente de um sistema produtivo que tende a desvalorizar o valor ontológico, isto é, despersonaliza a profissão e “desprofissionaliza” o indivíduo. Neste sentido, o privilégio para muitos dos jovens entrevistados é ter trabalho, ainda que esta atividade seja instável, insegura sem o mínimo de regalias sociais, portanto, precário.

Nos apoiando no que afirmam Carmo & Matias (2019), relativamente a estas duas dimensões objetivas – associada à insegurança do vínculos laborais – e subjetiva – relacionada mais com as consequências de incerteza na organização da própria vida e com ela a sua perspectiva –, a precariedade por ter efeitos na própria vida como os jovens se viam no seio da atividade laboral, e que, em alguns casos acabou por afetar o seu bem-estar psicológico, nomeadamente, criando problemas de ansiedade, *stress*, e, em situações mais graves, depressão. Esta dura realidade pode constatar-se no relato dos jovens entrevistados.

Quando procuramos explorar sobre como o trabalhador se vê ante o seu trabalho e sua forma de contratação, encontramos discursos como este do entrevistado 5:

“O fato de estar a trabalhar sem contrato coloca-nos à margem de garantias sociais, uma vez que não se está inscrito nem contribui para a segurança social. Quando fui despedida não consegui ter direito a algum subsídio de desemprego; na vida pessoal deixa sentimento de tristeza, porque você poderia estar em um patamar mais qualificável e estável, mas te vez impedida, ainda mais para nós jovens e imigrantes.

Não havendo este contrato, a pessoa acaba não tendo escolha, também porque nós precisamos de trabalho para sobreviver, e para tal tem de ter dinheiro, nisso a pessoa acaba aceitando com as condições que nos são oferecidas, porque não se assinou contrato de trabalho, a qualquer momento podes ser mandada embora e ficas sem trabalho e esta situação causa-me stress, fico constantemente com medo, porque você não sabe quando pode ser despedida e não se tem nenhuma

segurança para reivindicar.” *Entrevistada 05, 26 anos, Licenciada em Direito, atualmente está desempregada.*

Como relata o entrevistado 06:

“Penso que do ponto de vista mais pessoal do que profissional essa precariedade laboral tem impactado, pois não estou a trabalhar na área em que estou formado, que é jurista, mesmo tendo feito o mestrado cá e estou a concluir o doutoramento e isso torna-se frustrante. Não é, claramente, possível fazer planos ou perspetivas pessoais. Do ponto de vista profissional creio que o fato de estar conformado de que é impossível ingressar e trabalhar na área de formação, aceita-se as condições mínima que são apresentadas para trabalhar e assim conseguir os rendimentos.” *Entrevistada 06 (24 anos), licenciada em Contabilidade e Auditoria, atualmente é auxiliar de mesa, em restauração, sob trabalho temporário (ganha por hora trabalhada)*

Ou como nos descreve o entrevistado 6:

“... no segundo emprego, foi, claramente, mais difícil, foi uma experiência muito marcada pelas várias formas de abuso e comportamentos discriminatórios, igualmente não se celebrou contratos de trabalho, aliás o trabalho era por empreitada, os responsáveis tratavam-me forma desigual em comparação com os meus colegas portugueses, embora estes não tinham grandes conhecimentos; (...) tinha hora de entrada e muitas ocasiões sem horas para sair dependentemente da natureza da obra.” *Entrevistado 09, 32 anos, Doutorando em Direito, atualmente é vigilante de tráfego aéreo.*

Ou ainda,

“Embora o contexto laboral, em Beja, era precário, procurei sempre olhar de forma otimista, com isso procurei ajudar outras pessoas de outras nacionalidades que trabalhavam, como malianos, na qualidade de tradutor; (...) Já como ‘marcador’, na atual empresa, deixei de ter uma vida além do trabalho, pois a minha vida está no telemóvel em que tenho que garantir o maior e melhor trabalho aos nossos clientes, gerindo as pessoas e isso faz com que fico

24h00 permanentemente conectado ao telemóvel”. *Entrevistado 04, 26 anos, Licenciado em Gestão de RH, atualmente está a trabalhar Auxiliar de RH/Coordenador-adjunto “marcador” para região do Alentejo numa empresa de cedência.*

Também,

“Do ponto de vista profissional compreendo que é quase impossível trabalhar na minha área de formação cá, devido a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, fiquei a estagiar num escritório de contabilidade e vi que pessoas que tinham um nível inferior ao meu recebiam mais do que eu, embora na mesma condição de estagiário, aí tive que abandonar; aprendi que aqui tem que se trabalhar para ter rendimento e alcançar os teus objetivos pessoais; do ponto de vista pessoal, não se consegue fazer nenhum plano de vida, principalmente como imigrante e negro; aqui tem mais trabalho e quase nenhum emprego e o trabalho pelo trabalho não é garantia para vida.” *Entrevistado 01, sexo masculino, 24 anos, licenciatura em Contabilidade, atualmente é monitor em setor social e entregador por aplicativo digital.*

Por fim,

“A construção civil, em si, é um trabalho muito duro e instável, e a gente não está habituada nesta área de trabalho, a empresa atribui ao trabalhador todo o tipo de riscos inerente a atividade que a pessoa desempenha, exemplo é não atribuição de equipamentos de proteção individual, orientam eles que nós é que temos de comprar. E acaba não tendo saída porque a pessoa tem responsabilidade diária familiar e precisa daquele trabalho, pois vivo num quarto com a minha esposa recém-chegada e a minha filha de 2 meses, não tenho condições de alugar um apartamento, até já tentei procurar, mas os meus rendimentos salariais são muito instáveis, e depende caso eu vá trabalhar; tenho família cá, mas como se não tivesse, pois deles não espero nada deles. acaba comprando. Eles também se aproveitam pelo fato de ser imigrante, tu não tens outra saída, por mais que tenhas o ensino superior e para trabalhar na tua área tens que seguir alguns parâmetros muito difíceis, acaba consentindo.

Quanto ao efeito, estes são muitos. Na minha área de profissão (técnico de laboratório de análises clínicas) você tinha que dedicar muito a leitura, mesmo após o trabalho. Trabalhando na construção civil, primeiro é que o trabalho é

pesado, o patrão aproveita-se de ti e tu acabas tendo pouco tempo para tu fazeres as tuas coisas pessoais, porque tu trabalhas das 8h00 às 17h00 ou as 17h30min, tu chegas as 18h30min, dependentemente do tempo que te vão libertar, você chega totalmente cansado que não consegues pegar nenhum livro para ler , isto é uma das grandes dificuldades que acabo encontrando, o condiciona na nossa vida pessoal e intelectual; do ponto de vista profissional você tem um vínculo laboral sem uma definição formal do mesmo, se ele dizer amanhã não vem, você não vem e não ganhas por não ir trabalhar; por não haver contrato a empresa na qual pede para tu trabalhares acaba gozando contigo porque você não tem contrato, o mesmo aconteceu com o fato da empresa dizer você tem que comprar bota pois tem pregos, você compra do próprio bolso e empresa não te devolve.”
Entrevistado 03 (28 anos), licenciatura em análises de laboratório clínico, atualmente é ajudante de pedreira.

Ao explorar os relatos dos jovens entrevistados, quanto aos efeitos da precariedade laboral, nas suas dimensões objetivas e subjetivas, permitiram-me identificar aspetos preocupantes que perpassam a vida pessoal e profissional dos nossos entrevistados, afetando a qualidade de vida dos mesmos, já que em muitas ocasiões a sua condição de permaneça no território português lhe coloca numa situação de permanente insegurança e de total desproteção social e económica. Importa referir, segundo Carmo & Matias (2019:69), o efeito da precariedade laboral tende a comprometer a saúde mental, caracterizado como efeito invisível da precariedade do trabalho, realidade que não apenas circunscreve-se a esta população jovem imigrante qualificada, mas a uma franja cada vez mais alargada de indivíduos inseridos no mercado de trabalho em Portugal, sejam estes nacionais ou estrangeiros.

3.6 O futuro laboral dos jovens imigrantes angolanos qualificados em Portugal

Os jovens imigrantes constituem o segmento social mais afetado pelas reestruturações que se têm assistido a nível do mercado de trabalho a nível global (Standing, 2010) e em particular, no contexto português (Cerdeira *et al.* 2013), tornando-se, desta forma, mais vulneráveis e suscetíveis aos riscos sociais. A maioria destes jovens imigrantes, ainda que qualificados, têm a sua inserção no mercado de trabalho português em setor secundário, onde prevalecem baixos salários, emprego instável e escassas perspetivas de carreira, em consequência desta condição precária, tende a desenvolver nos indivíduos sentimentos de insegurança, falta de horizonte e organização de sua vida pessoal e social.

Tal quanto pudemos afirmar com alguns autores³², a condição precária afeta de maneira mais profunda as dimensões existenciais da vida social e individual, isto é, a dificuldade de projetar o futuro, por mais imediato que seja. Esta realidade compromete severamente a estabilidade e a segurança ontológica da vida pessoal e subjetiva dos indivíduos. A fragmentação com se insere e se tende a permanecer no mercado de trabalho afeta profundamente a forma como o indivíduo encara a vida, a noção do tempo, portanto, não havendo nem condições contratuais estáveis, todos os jovens entrevistados apresentam uma visão fragmentada da realidade, no decorrer do qual tudo se encontra a prazo, incluindo tanto o acesso a bens, serviços e equipamentos, como a própria estabilidade das relações sociais e afetivas (Carmo & Matias, 2019).

A informação recolhida nas entrevistas possibilitou aferir duas questões fundamentais quanto ao futuro dos jovens imigrantes angolanos qualificados e não só. Por um lado, face às múltiplas formas laborais precárias vivenciadas pelos jovens entrevistados, ao prolongamento indefinido dessa realidade e à inexistência de perspectivas de mobilidade ascendente, vários entrevistados enfrentam o dilema de permanecer em Portugal (país de acolhimento) sob trabalho precário ou regressar a Angola (país de origem) sem garantias de empregabilidade. Entre os entrevistados há quem prefira permanecer em Portugal, ainda que trabalhando de forma precária, do que regressar ao país de origem e ter que enfrentar o desemprego em elevada escala. No entanto, também houve quem apresentasse como opção a emigração para um país europeu. Muitos afirmaram que seus futuros laborais em Portugal são marcados fortemente por incerteza e insegurança, sendo, para estes, o mais importante conseguir recursos financeiros a fim de pagar as contas e sobreviver as intempéries do dia-a-dia, para além disso, têm que se debater com o fato de estarem legais para exercerem alguma atividade remuneratória.

“A ‘ideia’ é fazer dinheiro, ter algum rendimento suficiente para pagar as minhas contas e para isso qualquer trabalho serve, até porque não tenho escolha. Vivo num apartamento com alguns rapazes onde pago 300 euros, tenho outras despesas por pagar não posso me dar o luxo de pagar uma casa/apartamento de 600 a 700 euros quando o meu rendimento mensal, juntando com as três atividades laborais, é 1100 euro e varia, dependendo do quanto consigo produzir durante cada mês. Embora esteja formado, mas há pouca procura para muita oferta, nisto faz-se o que se dá.” *Entrevistado 11 (34 anos), sexo masculino, educador social e mestrando em ciências do trabalho e relações laborais, atualmente é monitor em setor social, trabalha com entrega de Uber, auxiliar administrativo numa Igreja.*

³² Carmo & Matias, 2019: 17; Carmo *et al.*, 2014; Cerdeira *et al.*, 2013; Standing, 2010; Giddens, 1991.

Ainda em relação à projeção do futuro laboral, destaca-se a preocupação de todos, por um lado, em estar empregado e assim poder garantir a sua subsistência, por outro lado, este mesmo emprego ser uma garantia de permanência no território nacional e uma forma de almejar a condição de cidadão nacional. Para alguns entrevistados, a mobilidade social e económica ascendente depende essencialmente da ascensão da condição de subcidadão³³ para cidadão de nacional, com garantias económicas, sociais e políticas, e, com isso, saírem do setor secundário para o setor primário, caracterizado por emprego estável, bons salários e com perspetivas de carreira. No entanto, outros jovens entrevistados têm uma leitura diferente da realidade, no sentido que para eles o mercado de trabalho está mal para todos, tanto nacionais quanto estrangeiro. Afirmam que a maior parte dos empregos existentes são precários e a escassez de alternativas faz com que se aceitem as condições fragilizantes dos empregos disponíveis.

“Quero poder trabalhar, ainda que for na limpeza e por recibos verdes, para não ter complicações com a segurança social e me permitir renovar o meu visto. Suportar mais três anos ou quê, ganhar a nacionalidade e concorrer em algumas vagas limitadas só para nacionais, porque o meu curso tem melhor aplicação no setor público. Penso que com a nacionalidade a pessoa, pode dar entrada de uma casa e conseguir outros meios...” *Entrevistada 08 (25 anos), sexo feminino, licenciada em Gestão de Administração e Território, mestranda em Políticas Públicas.*

Ou

“Durante o meu trabalho, como monitor, com pessoas em situação de sem abrigo, pude constatar que o problema do desemprego ou de empregos precários é generalizado a nível do mercado de trabalho português. Porque muitas pessoas nativas em situação de sem abrigo, até trabalham, mas o seu trabalho é instável e os seus rendimentos são incapazes de proporcionar alguma autonomia financeira. A pergunta é, se para nacionais as condições são estas quanto mais não seria para os imigrantes e depois jovens africanos? Portanto, o futuro é incerto e inseguro para todos, mas é muito mais para jovens imigrantes africanos.” *Entrevistado 11 (34 anos), sexo masculino, educador social*

³³ Segundo Standing (2010) este conceito, embora ignorado por muitos, mas que tem raízes históricas, visa distinguir do cidadão. Isto é, os subcidadãos (*denizen*) são cidadãos de segunda categoria, ou seja, são aqueles indivíduos que a nível do contexto das relações entre as nações, não gozam de plenos direitos, no caso, os imigrantes internacionais, pela sua condição e dependentemente dos grupos, são-lhes restringidos alguns direitos, como civis, sociais, políticos, económicos e culturais.

e mestrando em ciências do trabalho e relações laborais, atualmente é monitor em setor social, trabalha com entrega de Uber, auxiliar administrativo numa Igreja.

E também,

“É impossível, no contexto atual, criar um projeto de vida, aliás, é uma ilusão. Visto que nenhum emprego pelo qual passei era estável ou permitia fazer algum plano de vida social e financeira. Constituir família aqui é quase suicídio, porque há uma forte tendência de você ou a tua parceira, ou mesmo ambos estarem a fazer um percurso laboral marcado pela vulnerabilidade contratual e também de vida. Falei com alguns colegas portugueses, alguns também estão assim, sobre forte incerteza.” *Entrevistada 05 (26 anos), Licenciada em Direito, Desempregada*

Para os entrevistados o trabalho precário é não só a forma comum de inserção, como para muitos é a condição «normalizada e naturalizada pelos agentes económicos, apoiados por políticas neoliberais de flexibilização das relações de trabalho» que os mesmos se debatem diariamente, independentemente das suas qualificações académicas e profissionais. Encontrando-se todos, de acordo com o grupo profissional, a exercerem atividades nos setores mais vulneráveis e suscetíveis de várias formas de exploração. É importante realçar que o fato dos nossos entrevistados se encontrarem a exercer atividades laborais em setores e condições precário(a)s, não os torna menos conscientes de suas condições. Na verdade, muitos observam a grande injustiça decorrente da falta de políticas inclusivas para imigrantes.

3.7 Em síntese

Todos os entrevistados experimentaram situações de precariedade laboral na sua trajetória no mercado de trabalho em Portugal e atualmente, trabalham em profissões que exigem baixas qualificações. Esta evidência vai de encontro à ideia de que “em Portugal têm-se verificado algumas situações de sobre qualificação dos trabalhadores estrangeiros face às atividades que exercem no mercado de trabalho nacional, ou seja, observa-se que há imigrantes que estão a desempenhar funções abaixo do nível das suas habilitações” (Peixoto, 2008; Oliveira & Fonseca, 2013; Góis & Marques, 2014 *apud* Oliveira, 2020:161). O fato de haver uma forte concentração dos trabalhadores imigrantes angolanos qualificados nos grupos profissionais mais baixos, menos exigentes do ponto de vista qualificacional, é um reflexo

de desigualdades de oportunidade baseadas em fatores simbólicos – as desigualdades existenciais já mencionadas.

Relativamente à trajetória profissional dos entrevistados no mercado de trabalho português, todos relataram que a sua inserção e permanência no mercado de trabalho foi e tem sido marcada por contratos de trabalho a termo certo, por “falsos” recibos verdes, trabalho a tempo parcial, trabalho sem contratos, excesso de horas de trabalho, baixa remuneração comparado ao salário mínimo e, para alguns casos, ausência de regalias, portanto, em condições precárias. A maioria dos entrevistados relataram que, por conta destas formas precárias de inserção e permanência no mercado trabalho, sentem-se condicionados nas suas vidas profissionais e pessoais, pois não têm o mínimo de estabilidade laboral. Alguns deles afirmaram serem mais suscetíveis a abusos por parte da entidade empregadora e por parte dos colegas com melhores inserções/posições dentro da estrutura da empresa. Apenas dois dos entrevistados puderam, num período curto, estagiar profissionalmente na sua área de formação, um com remuneração e outro sem remuneração, tal é o caso dos entrevistados 01 e 04, respetivamente.

A maioria dos jovens entrevistados afirmaram que as suas qualificações académicas não são valorizadas, principalmente para aqueles que fizeram a sua licenciatura no país de origem, devido ao condicionamento do reconhecimento do ensino a nível das instituições competentes, segundo alguns entrevistados é um processo muito burocrático e demorado, o que não tem permitido uma justa inserção no mercado de trabalho.

Quanto às oportunidades de trabalho em Portugal e o condicionalismo de origem étnica a maioria, afirmam que as oportunidades no mercado de trabalho em Portugal são, de certa forma, condicionadas pela cor da pele ou origem étnica. Desta forma, oito confirmam terem, de algum modo, terem sido alvo de exclusão na inserção ao emprego por serem negros ou afrodescendentes e que já foram alvo de discriminação fora e dentro do ambiente de trabalho, conforme afirmou o entrevistado 01: “vejo que o emprego é para os portugueses e o trabalho é para os imigrantes” – o trabalho surge no discurso deste entrevistado como uma atividade económica exercida sob condição de profunda instabilidade contratual, com mínimo ou mesmo sem regalias sociais e com renumeração baixa. Dois dos entrevistados relataram não terem sido diretamente alvo de discriminação racial ou exclusão na sua inserção ao emprego, mas que já ouviram relatos de que pessoas próximas terão sido alvo. E outros dois, afirmam nunca terem sofrido nem escutado sobre algum condicionalismo rácico ou étnico na inserção e permanência no mercado de trabalho português.

Relativamente aos efeitos da precariedade laboral na vida pessoal e profissional, os jovens entrevistados foram unânimes em afirmar que os efeitos da precariedade nas suas vidas pessoais e profissionais são adversos, variando: da multiplicidade de tarefas e baixo rendimento salarial, ausência de realização pessoal e profissional – “deixei de ter uma vida além do trabalho”, afirmou o entrevistado 04. A impossibilidade de fazer projetos de vida a médio e longo prazo, a aceitação de condições mínimas apresentadas pelo empregador, o assumir todos os riscos inerentes às atividades laborais, viver e

trabalhar sob riscos permanentes e sem qualquer segurança, são algumas das condições a que estão sujeitos a maioria dos entrevistados.

Dos oitos que se encontram a exercer alguma atividade economicamente remunerada, quatro descontam para a Segurança Social e quatro não descontam, encontrando-se numa situação de maior vulnerabilidade e risco social. Nenhum dos quatro desempregados afirma ter recebido qualquer prestação ao desemprego.

Em relação à incerteza sobre o futuro laboral em Portugal face à experiência laboral, dos jovens imigrantes entrevistados cinco pretendem permanecer no mercado de trabalho português, embora condicionem essa opção à possibilidade de trabalharem nas áreas de formação académica com o nível de categoria profissional. Três dos entrevistados afirmam que após a conclusão da formação superior que estão a realizar não-de regressar ao país de origem e outros quatro afirmaram que a curto e médio prazo irão reemigrar para um outro país europeu. No entanto, todos os entrevistados, afirmaram que o futuro laboral é incerto e a sua permanência em Portugal depende essencialmente do acesso ao emprego, preferencialmente adequado às suas qualificações.

4. Conclusão

De acordo com o resultado da nossa pesquisa empírica, a precariedade laboral representa, de forma clara, uma espécie de armadilha em que muitos destes jovens imigrantes caem e da qual temem em não sair no curto e médio prazo. A única garantia que têm, embora tendo qualificações superiores, é não terem garantia nenhuma sobre o emprego, sobre o futuro pessoal e profissional. Esta insegurança, esta instabilidade transversal a todos os entrevistados tem gerado angústias profundas que, para alguns deles, coloca em causa a sua qualidade de vida, o seu bem estar social, material e mental.

Desta investigação emerge a ideia de que as relações precárias de trabalho dos jovens angolanos qualificados são reforçadas negativamente por outras formas de desigualdade ainda mais profundas, subtis e pouco aparentes, ainda que estruturantes e mais degradantes. O mercado de trabalho em Portugal é marcado por inserções laborais precárias, especialmente agudas entre a população jovem. Tal como demonstrámos, a incidência da precariedade contratual é mais elevada na população angolana face ao observado em relação aos trabalhadores de nacionalidade portuguesa e ao conjunto dos trabalhadores.

O estudo, que tem uma natureza e uma ambição essencialmente qualitativa, ilustrou que os jovens imigrantes angolanos qualificados residentes em Portugal têm as suas vidas profissionais e pessoais comprometidas e sem perspectivas de futuro, pois a maioria dos entrevistados alegaram que se sentem defraudados, explorados devido às muitas horas de trabalho e à baixa remuneração, condições que não lhes garantem uma vida social com qualidade.

Os relatos obtidos dos entrevistados corroboram a hipótese de que a precariedade laboral relaciona-se e é potenciado por outras formas de desigualdade, em particular as que decorrem das discriminações étnico-raciais.

A mão de obra imigrante sujeita-se à precariedade laboral na tentativa, ainda que inconsciente, de garantir alguma integração social. Dessa forma, sujeita-se aos mais variados trabalhos e condições laborais. A precariedade destes trabalhadores implica a elevada rotatividade entre empregos e as baixas remunerações que auferem – apesar das qualificações elevadas – implicam que assumam lógicas de trabalho multi-emprego.

O presente trabalho permitiu-me ter uma visão e compreensão maior sobre o complexo fenómeno da precariedade laboral e como o mesmo tende a implicar nas relações de produção, numa escala mundial, nacional e local, bem como implica determinadamente na forma como as sociedades contemporâneas se constituem e funcionam, implica ainda nas novas lógicas das políticas sociais, económicas e culturais e passam, transversalmente, na vida do indivíduo, em todas as suas dimensões existenciais, e na relação deste com o mundo. Pensamos, claramente, que se trata de um estudo que não se esgota em si, mas que nos estimula a instigarmos mais e melhor a fim de encontrarmos respostas mais assertivas a nível do mercado do trabalho e a relação deste com o fenómeno migratório.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Sílvio (2019), *Racismo Estrutural*, S. Paulo, Sueli Carneiro; Pólen;
- ANTUNES, Ricardo (2018), *O Privilégio da Servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*, S. Paulo, Boitempo;
- ALVES, Nuno de Almeida, CANTANTE, Frederico, BAPTISTA, Inês, CARMO, Renato (2011), *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais;
- BOURDIEU, Pierre (1999 (1993)), *A Misérias do Mundo*, Petrópolis, Editora Vozes;
- CANTANTE, Frederico (2018), *O Mercado de Trabalho em Portugal e nos Países Europeus: Estatísticas 2018*, Lisboa, Observatório das Desigualdades;
- CANTANTE, Frederico (2019), *O Risco da Desigualdade*. Lisboa: Editora Medina;
- CARMO *et al.* (2011). *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa: Editora Mundos Sociais;
- CARMO, Renato Miguel do e COSTA, António Firmino da (orgs.) (2015), *Desigualdades em Questão – Análises e Problemáticas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais;
- CARMO e MATIAS (2019), *Retratos da Precariedade: Quotidianos e Aspirações dos Trabalhadores Jovens*, Lisboa, Edições Tintas da China;
- CARMO, Miguel do Carmo & D'AVELAR, Maria Madalena (2020), *A Miséria do Tempo*, Lisboa, Tinta da China;
- DIOGO, Fernando (2013), *Precariedade no Emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos*, Açores, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores;
- ESTEVES, Alina (coord.) *et al.* (2017), *Condições de Vida e Inserção Laboral dos Imigrantes em Portugal: Efeitos da crise 2007-2008*. Lisboa, ACM;
- FREIRE, João, REGO, Raquel & RODRIGUES, Cristina, *Sociologia do Trabalho: Um Aprofundamento*, Porto, Edições Afrontamento;
- GONÇALVES, Carlos Manuel (coord.) (2009), *Licenciados, Precariedade e Família*, Porto, Estratégias Criativas;
- LEAL, Maria Clara de Almeida (2020), *A Precariedade Laboral: um estudo sobre os jovens imigrantes brasileiros em Portugal*, Lisboa, ISCTE-IUL;
- LEONARD, Peter (1971), *A Sociologia no Trabalho Social*, Coimbra, Atlântica Editora;
- MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2008), *Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia*, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril 2008, n.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 73-94;
- MATOS, José Nunes, DOMINGOS, Nuno & KUMAR, Rahul (Org.) (2012), *Precários em Portugal: Entre a Fábrica e o "Call Center"*, Lisboa, Edições 70;

- MENDES, Maria Filomena, SANTOS, José Rebelo dos & REGO, Conceição (2011), *Imigrantes Angolanos em Portugal: breve caracterização e contributos para a dinâmica populacional*, in XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 7-10 Agosto;
- MONTEIRO, Bento Miguel (2012), *Imigração em Portugal e a Comunidade Angolana*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologias; *Imigrantes Angolanos em Portugal: Breve caraterização e contributos para a dinâmica populacional*, Évora, Universidade de Évora;
- OLIVEIRA, Catarina Reis (Coord.) & GOMES, Natália, *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2018, 2019 e 2020*. Lisboa, ACM, 1ª edição;
- OLIVEIRA, Catarina Reis, SANTOS, Tiago (Coord.) et all. (2020), *Afrodscendentes em Portugal*. Lisboa, Revista do Observatório das Migrações, N.º 16, Dezembro de 2019;
- PORTES, A. (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta Editora;
- PORTES, A. e BÖRÖCZ, J. (1989), “Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation”, in *International Migration Review*, vol. 28, nº 3, pp. 606-630.
- RAGIN, Charles (1994) *Constructing Social Research. The Unity and Diversity of Method*, Thousand Oaks, Pine Forge;
- ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz (1995), «Multiculturalismo e educação», in Maria Beatriz Rocha-Trindade, *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta;
- RODRIGUES (coord.), FIGUEIRAS & JUNQUEIRA (2016), *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa, Artes Gráficas, Lda.;
- ROSANVALLONS, Pierre e FITOUSSI, Jean-Paul (1997), *A nova Era das Desigualdades*, Oeiras, Celta Editora;
- SEABRA et al. (2011). *Trajetos e projetos descendentes de imigrantes à saída da escolaridade básica*, Lisboa, Alto-Comissário para Migração;
- STANDING, Guy (2011), *The Precariat – The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury;
- THERBORN, Göran (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge, Polity Press;
- VELOSO, Luísa (2020), *Conteúdo da Unidade Curricular de Desenho de Pesquisa. Mestrado de Ciências do Trabalho e Relações Laborais*, Lisboa, ISCTE-IUL;
- QUIVY, R. e L. Champenhoud, (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva;

Web-referência

Perspectivas Sociales y del Empleo en el Mundo – Tendencias 2019 | Resumen ejecutivo (ilo.org), consultado em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670569.pdf

OIT (2011), Trabalhadoras e Trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades, consultado em https://www.ilo.org/lisbon/publica%C3%A7%C3%B5es/WCMS_729069/lang--pt/index.htm aos 15/02/2021.

OIT (2018), Migração, Direitos Humanos e Migração, consulta em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_722396.pdf, aos 15/02/21

OIT (Abril/2020), Proteger os trabalhadores e trabalhadoras migrantes durante a pandemia da COVID-19: Recomendações para decisores políticos e para os constituintes, consultado em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_749416.pdf, aos 15/02/21.